

# pós.

revista  
do  
programa  
de  
pós-graduação  
em  
arquitetura  
e  
urbanismo  
da  
fauusp  
nº 3

junho 1993

**Universidade de São Paulo**

Reitor Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva

Vice-Reitor Prof. Dr. Ruy Laurenti

**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gilda Collet Bruna

Vice-Diretor Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

**Comissão de Pós-Graduação**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca – Presidente

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara – Vice-Presidente

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsany

Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

Daniel Julien Van Wilderode – Representante discente

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Lucrécia D'Alessio Ferrara

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsany

Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

**Comissão Editorial**

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

**Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**

Rua Maranhão, 88

01240-000 – São Paulo – SP

Fones: 257.7837 e 257.7688

Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP é uma publicação semestral sob a responsabilidade da Comissão de Pós-Graduação do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

**Produção gráfica e impressão**

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

**Distribuição**

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Rua do Lago 876, Cidade Universitária

Butantã

05508-900 – São Paulo – SP

Fone: 813.3222 R. 4815

## Sumário

Apresentação	3
Mudanças Espaciais na Casa Republicana. A Higiene Pública e Outras Novidades <i>Maria Cecília Naclério Homem</i>	5
Natureza e Participação Social, uma Nova Estética para o Desenho Urbano <i>Maria Angela Faggin Pereira Leite</i>	19
O Controle do Uso do Solo para Proteção dos Mananciais <i>Antonio Claudio M. L. Moreira</i>	29
Esquizópolis <i>Isaías de Carvalho Santos Neto</i>	39
Aspectos e Problemas da Paisagem no Desenho da Pequena e Média Cidade no Estado de São Paulo <i>Paulo Celso Dornelles Del Picchia</i>	47
Habitação em Superquadra: Avaliação Pós-Ocupação (APO) <i>Juan Antonio Zapatel</i>	55

pós.  
revista  
do  
programa  
de  
pós-graduação  
em  
arquitetura  
e  
urbanismo  
da  
fauusp  
nº 3

---

Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura  
e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 3 jun. 1993

Semestral

Arquitetura – Periódicos  
Urbanismo – Periódicos  
Planejamento Urbano e Regional – Periódicos  
Comunicação Visual – Periódicos  
Desenho Industrial – Periódicos

---

# Apresentação

*A Revista Pós, editada pelo Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, lança seu terceiro número. Foi proposta e mantém-se como órgão de divulgação das atividades de pesquisa daquele curso, porém, neste número, é possível identificar, no seu projeto, uma outra etapa. De uma idéia nascida no âmbito de Comissão de Pós-Graduação que procurou implantá-la, impõe-se, agora, a tarefa de sedimentá-la junto à comunidade científica interna e externa voltada à FAU, como revista de atividades de pós-graduação e pesquisa voltada para as características da Arquitetura e do Urbanismo, enquanto área de conhecimento.*

*Da implantação à sedimentação da sua proposta, a Revista Pós procura, agora, qualificar-se na medida em que define seu projeto de inserção científica; este número da Revista procura salientar e marcar o caráter deste projeto.*

*Esta edição reúne trabalhos que, da arquitetura enquanto objeto construído, passam para a compreensão do espaço como entidade complexa, que decorre da dinâmica econômico-social, mas encontra, na arquitetura, o elemento concreto que o define e identifica no curso da História.*

*Do edifício à cidade, assim como da parte ao todo, escreve-se uma só narrativa que se modifica à medida em que evoluem seus componentes. Essa mudança não implica em progresso visto que não há, para ambos, para o edifício ou para a cidade, metas idealmente fixadas, mas propostas de transformação que supõem a qualidade de subsistência humana do espaço privado ao público, dinamicamente atuantes.*

*Do edifício à cidade, da arquitetura ao urbanismo, do projeto ao planejamento, uma só área de conhecimento, interinfluentes e complexas, na medida em que dialogam com o intenso debate tecnológico, econômico, social e cultural que caracteriza todos os lugares do espaço global.*

Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara  
São Paulo, junho 1993



# Mudanças Espaciais na Casa Republicana. A Higiene Pública e Outras Novidades

**Maria Cecília Naclério Homem**

## **Resumo**

Na virada do século, a República recém-proclamada propôs um novo programa político fundamentado, de preferência, na higiene pública. Assumiu o controle do espaço urbano e doméstico por meio de uma legislação rigorosa e da execução dos serviços relativos ao saneamento da terra e da água.

Em geral, a casa urbana permaneceu no alinhamento da rua, dependente de lotes populares, estreitos e alongados. Internamente, também preferiu a distribuição tradicional, feita no sentido frente-fundos, acrescida de entradas, de corredores laterais e de áreas internas.

A casa mais rica e ampla, dispondo de lotes maiores, introduziu espontaneamente recursos que melhor atenderam às propostas de higiene, tais como o recuo das divisas do lote e uma nova distribuição.

## **Abstract**

In the beginning of the century, the recently proclaimed Republic (1889) proposed a new political program, based preferably on public hygiene. It took the control of the domestic and urban space by means of a strict legislation and the execution of works related to the sanitation of land and water.

The urban dwelling had difficulties in fitting the new utilizations on the whole it remained dependent on popular plots of land — narrow and elongated — as well as on the street alignment. Inside it also preferred the traditional distribution, displayed in the front-backyard direction.

The rich and large dwellings, having bigger plots of land, introduced spontaneously resources to comply with the hygiene propositions, such as drawing back the boundaries of the plot and displaying a new distribution.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "O palacete paulistano o processo civilizador e a morada de elite do café (1867-1914-18)", apresentada em novembro de 1992. Orientador: Prof. Dr. Carlos Lemos.*

A tônica predominante do desenvolvimento urbano e da casa republicana unifamiliar, do ponto de vista dos programas das necessidades ou dos usos, no período que antecedeu a I Grande Guerra, foram as tentativas de atender às soluções referentes à descoberta de que a limpeza, a aeração, a luz solar e o verde são tão importantes para a saúde e a sobrevivência do corpo humano quanto o pão e a água. O grande alvo era "o emprego dos meios tendentes a impedir a importação das moléstias epidêmicas e a disseminação das já existentes"<sup>1</sup>

As moléstias em questão eram a febre amarela, a varíola, a peste, o impaludismo, a tuberculose, o cólera, o tifo, a gripe e outras motivadas pela falta de insolação e de saneamento básico, as quais grassaram nas cidades do século passado e dizimaram parte considerável de suas populações. Ainda, em 1914, o engenheiro Victor da Silva Freyre, professor da Escola Politécnica, apoiava-se no corolário de Daniel Bellet (1809-1917) mediante o qual "o programa completo da construção das cidades limita-se ao seguinte: fazer penetrar o sol aos seus mais íntimos recessos"<sup>2</sup>

Tais tentativas foram observadas quanto à utilização da tecnologia no solo urbano e na habitação, na legislação ditada pelo Estado e pelo Município e nos elementos introduzidos espontânea e de modo independente pela casa mais rica e mais ampla da cidade, a qual denominamos palacete. Numa palavra, a casa republicana definiu-se a partir da gênese da higiene pública.

Neste artigo pretendemos demonstrar que a morada do período em questão: 1889-1914-18 consistiu em aliar tais elementos à tradição, numa gradação contínua entre esta e as novidades, de modo que podemos dizer que as alterações mais radicais ocorreram na casa mais abastada, em detrimento das mais pobres. Entre estas, apenas a casa média recebeu influência do palacete e, mesmo assim, de forma esporádica, como veremos adiante.

É nosso objetivo levantar os movimentos ou as coordenadas principais do período, em vista de estabelecermos uma visão do conjunto antes do que elaborar uma relação minuciosa entre as leis e a casa unifamiliar<sup>3</sup>

Em arquitetura, a ampla utilização de novos materiais e de novas técnicas construtivas como a alvenaria de tijolos, o ferro, o cimento, os tubos galvanizados e as calhas de folha de Flandres, as chapas de zinco e de cobre, arames e pregos galvanizados, telhas francesas, ardósia, Pinho de Riga, mármore, grades de ferro, guarda-corpos, janelas completas, mosaicos, etc. fabricados na Europa e transportados pela ferrovia, possibilitaram a criação de novos espaços adequados às novas funções da casa e da cidade comercial que se industrializava<sup>4</sup>. Desse modo, colocou-se em desuso a taipa, técnica construtiva costumeira do Planalto Paulista, substituída, principalmente, pela alvenaria de tijolos.

O encontro das novas técnicas construtivas e dos novos materiais com os chamados estilos arquitetônicos historicistas como o Neoclássico, o Neogótico e o Neo-românico, e com os nacionais, os regionais e os pitorescos possibilitou a eclosão plena do Ecletismo entre nós. Esse movimento, ocorrido na arquitetura européia no decorrer do século passado, estendeu-se até a I Grande Guerra e correspondeu à auto-afirmação da burguesia. Importado diretamente da Europa, em São Paulo, acrescentaram-se àqueles estilos o *art nouveau* e até o Neocolonial, no começo do século.

(1) Lei estadual n. 240, de 4 de setembro de 1893.

(2) *Apud* FREYRE, Victor da Silva. A cidade salubre. In: *Revista Politécnica* n. 48: p. 326, out./nov. 1914. Freyre refere-se a Daniel Bellet, professor das escolas superiores de Estudos Comerciais e de Ciências Políticas de Paris e membro da Sociedade de Engenheiros Civis. Entre várias obras escreveu, em colaboração com Guillaume Darvillé, *Ce qui doit être la cité moderne*. Paris, Bibliothèque des Actualités Industrielles, 1914.

(3) Márcia Lúcia R. Pinho Dias relacionou minuciosamente as leis com a casa operária: DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. *Desenvolvimento Urbano e Habitação Popular em São Paulo, 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1989.

(4) LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.

## O Higiene Pública

Ainda em finais de Império, o Padrão Municipal e o Código de Posturas de 1886 significaram um passo adiante com relação ao de 1873, quanto à higiene<sup>5</sup> Foi o primeiro a interferir de forma direta nos programas da habitação, fixando o pé-direito das casas entre 5 e 4,5 metros; estabeleceu as medidas mínimas das portas, dos portões e das janelas, bem como a espessura mínima das paredes (0,30 metro no primeiro pavimento). Aboliram as alcovas, devendo todos os cômodos ter abertura para o exterior. Tentaram disciplinar a construção dos cortiços, por serem focos de moléstias transmissíveis, bem como da casa operária, conforme veremos ainda. O Código proibiu o lançamento do esgoto na rua, ao mesmo tempo que procurou combater a poluição das águas e do ar, mediante a arborização das várzeas e da preservação das matas próximas, já direcionando as casas de saúde para as zonas mais altas e salubres.

Tal legislação revelou-se avançada para o seu tempo. Estava muito adiante de uma infra-estrutura urbana insuficiente, encontrando-se boa parte das casas sem fornecimento regular de água e com o esgoto a céu aberto.

Esse Código estipulou a abertura de ruas mais largas (16 e 25 metros), e permitiu os recuos fronteiros e laterais para as casas a serem edificadas fora do perímetro urbano e a construção de chalés nos bairros, assim como do sótão e de tetos à *la mansard*. Desse modo, constituiu importante marco para o Ecletismo em São Paulo.

Os anos subseqüentes à Proclamação da República foram decisivos para a definição da casa republicana. A Prefeitura modernizou rapidamente as suas leis. O Código Municipal de 1893 estabeleceu a aprovação das plantas das edificações dentro dos critérios estipulados pelo Padrão Municipal.

Porém, o Estado ainda foi mais além. Desde 1892, passou a reformular e a ampliar continuamente o Serviço Sanitário, partindo de um conselho de saúde pública, de uma diretoria de higiene apoiada em laboratórios farmacêuticos, vacinogênicos e de análises químicas, bacteriológicas, além de um engenheiro sanitário e da introdução da prática da estatística demógrafo-sanitária. Quatro anos depois, aquele Serviço incluía uma polícia sanitária das habitações particulares e coletivas, a fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, um quadro de doze engenheiros sanitários, o serviço de desinfecção, hospitais de isolamento, lazaretos. etc.<sup>6</sup> Em 1917, incluíram-se em seus quadros os institutos Butantã e Pasteur<sup>7</sup>

Nesse período, o Estado promoveu campanhas profiláticas e de erradicação das moléstias transmissíveis. Assumiu o saneamento da água e da terra, encampando a antiga Cia. Cantareira de Água e Esgotos, em 1892 e, dois anos depois, editou o Código Sanitário para orientar os municípios.

O Código estadual tornava o porão obrigatório como medida higiênica contra a umidade, proibindo o seu uso como habitação. Não permitia a construção das alcovas, determinava que cada dormitório tivesse 14 metros cúbicos e obrigava a coqueira e os estábulos a se distanciarem da habitação, para serem construídos fora da zona central. Eram proibidos os cortiços e cubículos no perímetro urbano, devendo as vilas operárias ser construídas fora das aglomerações urbanas — no que não foi seguido. O solo deveria ser saneado primeiro para depois se proceder à construção desejada.

Regulamentou os esgotos, interditando o seu escoamento pelas calçadas e pelas vias públicas. Nas casas desprovidas de esgotos, toleravam-se as fos-

(5) Padrão Municipal é de 11 de agosto de 1886 e o Código de Posturas é de 6 de outubro do mesmo ano.

(6) Lei n. 432 de 3 de agosto de 1896.

(7) Lei n. 1.596 de 19 de dezembro de 1917.

sas fixas sempre que estivessem fora da habitação, exceto quando existisse água potável ou poço.

A organização e a ampliação da rede de água e de esgotos e o aperfeiçoamento e a fabricação em série do equipamento sanitário como as torneiras, a privada sifonada, cuja patente era inglesa, a azulejaria, etc. permitiram a água corrente nos interiores e que a cozinha e o banheiro entrassem dentro de casa, bem como se transformassem em lugares limpos e desprovidos de umidade.

O novo Código determinava que as cozinhas ficassem longe da zona de repouso e, juntamente com os banheiros, deviam ter solo e paredes revestidas de material impermeável até 1,50 metro de altura, pelo menos. Em ambos os cômodos, as peças de louça tinham que ser fixas, esmaltadas e laváveis. Para a cozinha, estipulou o uso do sifão hidráulico interceptor e, para a latrina, o sifão com interceptor hidráulico, tornando-se obrigatório o fluxo de água da descarga.

Os relatórios do Serviço Sanitário do Estado e do Município procuravam redistribuir o espaço da cidade mediante sua divisão em zonas funcionais. Para tanto, valiam-se da topografia acidentada e do grau de salubridade que os terrenos proporcionavam.

A topografia irregular da cidade, conjugada com as antigas saídas e as ferrovias, foi propícia para o equacionamento dos problemas suscitados pela falta de higiene nos locais centrais da cidade onde se concentrava a população. Valorizaram-se as terras mais altas e saudáveis, em detrimento dos terrenos planos, cortados pelos rios e sujeitos às enchentes.

O grau de salubridade oferecido pelo meio ambiente encontrou-se no âmago da especulação imobiliária e da estrutura interna da cidade. As moléstias temíveis eram encontradas de preferência nos bairros próximos às ferrovias, nos centrais como Santa Ifigênia e Bela Vista, e nos médios como Santa Cecília, Vila Buarque e Consolação.

As terras mais altas, que estavam nas mãos de poucos, logo se valorizaram. A especulação imobiliária, interpretando os interesses dos mais poderosos, realizou diversos empreendimentos que foram, de preferência, iniciativas de europeus.

Numa cidade que passara de 47.697 habitantes em 1886, para 64.934 habitantes em 1890, entrando no novo século com 239.820 habitantes, assistiu-se à febre da construção civil e aos loteamentos que variaram conforme o tipo de usuário e a localização<sup>8</sup>

Ocorreu a valorização da zona aquém ferrovia, onde os terrenos colinosos eram mais secos, bem como daqueles que ficavam nas vertentes do espigão central do Rio Tietê. As chácaras ali existentes foram loteadas por especuladores que souberam interpretar os interesses das classes mais abastadas, realizando empreendimentos inspirados no urbanismo francês e providos de infra-estrutura urbana.

(8) ARAÚJO FILHO, J. R. A População Paulistana no Século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A Cidade de São Paulo*. Estudos de Geografia Urbana. São Paulo: Nacional, 1958, v. 2.

(9) Parte do item Higienismo e o item Palacete foram extraídos de: HOMEM, Maria Cecília Nacério. *O Palacete Paulistano*. O Processo Civilizador e a Morada da Elite do Café (1867 — 1914-18). Tese de Doutorado à FAUUSP, em 1992.

## O Palacete

O palacete correspondeu ao novo programa das necessidades proposto por uma sociedade comandada econômica e politicamente pelos fazendeiros de café e demais empresários vinculados às atividades dependentes ou complementares da cafeicultura: comércio de exportação, finanças e primeiras indústrias de bens de consumo, como tecelagens de algodão e aniagens<sup>9</sup>

Se por um lado a Grã-Bretanha liderou internacionalmente do ponto de vista econômico e tecnológico, na hora da escolha das soluções espaciais a França foi a grande favorita, independente da diversidade de estilos arquitetônicos trazidos a São Paulo pelo Ecletismo.

Podemos dizer que o palacete foi o grande precursor do sanitarismo abrindo caminho para o mesmo. No ocaso do Império, ele introduziu a casa afastada das divisas do lote, o zoneamento, isto é, o agrupamento das funções em três zonas distintas: estar, repouso e serviços, além da especialização do espaço. Rompeu-se a tradição pela qual a casa se situava no alinhamento da rua quando dentro do perímetro urbano, ainda em conformidade com o Código de Posturas de 1873.

Agora destinava-se um cômodo para cada função, existindo, inclusive, a sua subdivisão. Assim, a sala de jantar desmembrou-se em sala de almoço, em sala de comer das crianças, em sala de estudos, em sala da senhora, em sala de estar e em sala de costuras. O estar formal subdividiu-se em sala de visitas, em sala de música com o piano, em sala de bilhar e em "fumoir". Surgiram também o jardim de inverno, a biblioteca e a sala d'armas (*sic*). O gabinete manteve-se independente, assim como o quarto de hóspedes, tal como no antigo sobrado.

Os serviços passaram a incluir a cozinha, a despensa, o quarto de passar e engomar. Outra grande novidade foi o surgimento da copa ou "office" onde se captavam os pratos provenientes da cozinha e onde aguardavam a vez de serem servidos à francesa.

O supérfluo qualificou o novo espaço, cuja nomenclatura não mais deixou lugar à alcova nem à velha varanda (nome dado à antiga sala de jantar).

Internamente, o que caracterizava a casa tradicional, em especial o piso superior do sobrado destinado à moradia da família, eram também a superposição de funções e a localização do estar formal. Utilizado por hóspedes ou visitantes, esse permanecia separado pelas alcovas do estar informal ou familiar que transcorria na sala de jantar. Um corredor estabelecido no sentido frente-fundos levava os antigos escravos, os criados e os membros da família a cruzarem as diversas zonas. No morar tradicional, a sala de jantar gozava de situação *sui generis*. Muito mais ampla, situava-se entre a cozinha e as alcovas, para onde davam as portas das mesmas e as janelas do pátio de trás do sobrado. Superpunham-se ali uma série de funções. Além das refeições e de servir de passagem, ocorriam o estar familiar, a recepção a parentes e a amigos chegados, e tarefas como estudos, costuras, bordados, etc.

Por intermédio do palacete entraram o porão habitável, as edículas, a entrada social e a de serviços. Em 1891, reiterou-se a tendência à não superposição das funções mediante a distribuição francesa que propôs uma nova circulação. Com ela, a cozinha foi para o porão ou permaneceu em puxado no térreo.

Os jardins transformara-se em fonte permanente de ar e de luz. Quando fronteiros, serviram de anteparo aos odores e ruídos da rua. Os recuos proporcionaram perspectiva para a visão do conjunto da casa incluindo-se o jogo dos telhados. Gradis de ferro substituíram os muros e o palacete caracterizou-se pelo apuro estilístico.

Quanto à distribuição francesa, tratava-se de um procedimento da arquitetura que disciplinava a circulação a partir do vestibulo ou do *hall* de entrada, de forma a tornar independentes as zonas de estar, de repouso e de serviços. Utilizava-se também da escada social que articulava ao vestibulo a zona de

repouso no primeiro andar e, por trás daquela, os serviços, que se situavam nos fundos da casa ou no porão. Existia uma variante do organograma francês que ligava a cozinha à sala de jantar apenas pela copa, onde a comida era entregue ao mordomo ou aos copeiros, evitando-se agitação, ruídos e odores.

As funções da casa concentravam-se em três zonas distintas: serviços, estar e repouso, que se ligavam pela circulação diversificada, pois que patrões e criados deviam se encontrar o mínimo possível. Ao mesmo tempo, cada cômodo adquiria a sua independência, vinculado apenas ao vestibulo ou a algum corredor ou ante-sala, os quais, por sua vez, só se ligavam à peça de distribuição. Além de isolar a zona de repouso, no primeiro andar, o estar formal separou-se do informal.

Extremamente requintado, tal procedimento atendia aos problemas de higiene da habitação e satisfazia o desejo de privacidade da parte da burguesia, bem como o da separação das classes sociais.

Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), arquiteto paulista dos mais atuantes na cidade de São Paulo, trouxe a distribuição francesa da Europa, após estudar Engenharia e Arquitetura na Universidade Real de Gand, na Bélgica.

Se a maior renovação no morar republicano ocorreu com o palacete, a incidência do mesmo foi pequena quando comparada ao conjunto das construções urbanas residenciais. Na pesquisa que estamos desenvolvendo na FAUUSP sobre habitação na cidade de São Paulo na I República, em colaboração com o CNPq — dirigida pelo arquiteto Carlos A. C. Lemos e coordenada por nós — foram levantadas cerca de 3.000 plantas datadas de 1893-1906, pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, relativas a casas situadas nas ruas existentes na planta da capital de 1897. de autoria de Gomes Cardim.

Desse total, o professor Carlos Lemos idealizou o sorteio de 300 plantas que foram examinadas comparativamente e copiadas, considerando-se as dimensões e os programas. Podemos dizer que nem 0,5% desse total apresentou todas as características do palacete. Contudo, elas também apresentaram um passo adiante com relação ao novo morar, tendo incidido com maior ou menor intensidade nos demais tipos de casa do período: a casa média e a casa pequena (dita operária).

A casa média possuía alguns desses elementos mas não todos. À medida que aumentavam, ela crescia em importância. Na casa pequena, eles surgiram de modo esporádico, para ausentarem-se completamente nos cortiços, forma de habitação coletiva que seria o oposto do palacete, a saber: duas a quatro casas operárias possuindo áreas de uso comum com latrina e tanque coletivos.

A casa mais rica oscilou entre os elementos introduzidos pelo palacete e a distribuição tradicional, onde o estar ficava na frente, a zona de repouso no meio, seguida da sala de jantar e da zona de serviços. Neste caso, a sala de jantar era o centro da distribuição. Mas permanecia indecisa, ora mais próxima da cozinha, ora da sala de visitas, em seu afã em atender ao novo programa das necessidades, o qual estava a exigir a sua localização na zona do estar formal, destinada às recepções.

Para o palacete e esse último tipo de casa houve áreas exclusivas garantidas por leis municipais, que integraram os bairros mais elegantes loteados nesse período. A Avenida Paulista foi a pioneira. Em 1894, Joaquim Eugênio de Lima, um de seus empreendedores conseguiu uma lei obrigando as futuras construções a respeitarem um recuo de 10 metros com relação ao alinhamento das

calçadas, bem como de 2 metros lateralmente<sup>10</sup> Quatro anos depois, surgiram os recuos obrigatórios para jardins e arvoredo e um espaço de pelo menos 2 metros de cada lado para as residências a serem edificadas nas avenidas Higienópolis e Itatiaia (atual Avenida Angélica)<sup>11</sup>

## A Casa Média

A casa média permaneceu entre a especialização do espaço introduzida pelo palacete e a distribuição tradicional. Quanto mais rica, maior o número de cômodos e a área construída, sendo menor a reversibilidade do espaço.

A casa média mais modesta possuía corredor lateral, áreas internas descobertas (saguões) e jardins laterais, recursos utilizados para arejar os cômodos, os quais se generalizaram com a proibição das alcovas. As áreas internas e os pátios nos fundos já eram conhecidos dos paulistanos. Apesar de a maioria das casas urbanas do século passado ser geminada, possuindo aberturas na frente e nos fundos, Daniel P. Kidder, que aqui esteve em 1836, disse que todas as moradias eram construídas de modo a deixar uma área interna a fim de arejar os dormitórios<sup>12</sup> Quando a casa média dispusesse de jardins fronteiros, ela se encontrava mais próxima do palacete.

O seu programa mínimo compreendeu 3 a 4 dormitórios, sala de visitas e quarto da criada. Era comum o gabinete, sempre na parte fronteira, próximo à sala de visitas, possuindo muitas vezes entrada independente, o que estava a indicar algum escritório de profissional liberal ou consultório médico. Na zona de serviços, a cozinha acoplou-se ao corpo de casa, no térreo, acrescida da despensa, do quarto da criada e do banheiro. Muitas vezes, essa zona contou também com quarto de passar ou de engomar, ou ainda de costuras.

Ocorreram variações sobre aquele programa, ora aumentando o número de dormitórios e a área construída à qual se acrescentou parte do programa introduzido pelo palacete.

A sala de jantar manteve-se como centro da vida em família. O seu mobiliário indicava a tradicional superposição de funções. Além da mesa, das cadeiras, do *buffet* e da cristaleira, existiam, num canto, um sofá e duas poltronas, assim como a indefectível cadeira de balanço. Um relógio de parede cronometrava os compromissos e as tarefas do dia-a-dia<sup>13</sup>

A sala de visitas era cômodo obrigatório na casa média. Nela, o piano não podia faltar, ao lado do sofá, das poltronas e do tapete. A exemplo do palacete, muitas famílias mobiliavam-na com móveis dourados no estilo dos Luíses de França, fato que podia sugerir o refinamento cultural e o grau de sociabilidade dos moradores, quiçá na busca de compensar a ausência de uma sala de jantar destinada à formalidade do uso. Abertas para os estudos de piano, aos saraus e às visitas mais ilustres, a maioria dessas salas permaneceu fechada na maior parte do tempo, os móveis cobertos com guarda-pós brancos.

Na ausência da acomodação para criada e da sala de visitas, podemos dizer que estamos tratando da casa operária.

A casa média foi o gênero que predominou em São Paulo. Conforme a referida pesquisa, do total de 300 habitações, 183 apresentavam tais características, tendo sido preferencialmente térreas. Seguiu-se a casa mista, composta de armazém, loja e moradia, tanto térrea quanto assobradada, que apareceu em número de 80. Os sobrados ocorreram com comércio no piso inferior e situavam-se nas esquinas dos quarteirões de cada bairro. Era onde se instalava o

(10) Lei n. 111, de 21 de setembro de 1894.

(11) Lei n. 355, de 3 de junho de 1898.

(12) KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de Viagem e Permanência no Brasil. *Apud*: BRUNO, Ernani da Silva. Memória da Cidade de São Paulo. *Depoimentos de moradores e visitantes 1553-1958*. São Paulo: Prefeitura Municipal, DPH. 1981 (Série Registros 4).

(13) Dois romances descrevem muito bem a sala de jantar da casa média: DUPRÉ, Sra. Leandro. *Éramos Seis*. São Paulo, Brasiliense, 1946 e MESQUITA, Alfredo. *Sílvia Pélica na Liberdade*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

armazém de secos e molhados que garantia o abastecimento de gêneros alimentícios aos vizinhos.

A casa média, juntamente com a casa mista e operária, disseminou-se de modo sempre igual por toda a cidade, independente do bairro ou da funcionalidade da zona em que ela se encontrasse. Os exemplares ainda são inúmeros e podem ser localizados nos pontos mais antigos da capital.

Em 1914, Washington Luís Pereira de Souza, então prefeito da cidade, estabeleceu recuos fronteiros e laterais obrigatórios às construções particulares suburbanas<sup>14</sup>. Sob sua gestão, os recuos também chegaram à Avenida do Tamanduateí, atual Avenida do Estado, (10 metros), já contando com recuos de 6 metros a Avenida Água Branca<sup>15</sup>.

### A Casa Pequena dita Operária ou Popular

A casa operária também foi chamada de "casa de italianos" por ter servido de moradia aos inúmeros peninsulares que passaram a afluir de modo intenso ao Estado de São Paulo e à sua capital desde as últimas décadas do século passado até pelo menos 1914, a ponto de torná-la conhecida como "cidade de italianos"<sup>16</sup>.

Definiu-se tal tipo de casa como "cubos ou caixotes com decoração aplicada ao gosto Neoclássico" uma vez que o estilo era sugerido pelos ornamentos arquitetônicos das fachadas, incluindo-se o *art nouveau*<sup>17</sup>. Sempre providas de platibandas, as fachadas distinguiam-se ainda pelas janelas altas e amplas que ficavam em posição elevada com relação ao nível das calçadas. Por vezes, existiu um recuo lateral com portão de ferro. Tratava-se de uma casa construída por mestre-de-obras, pedreiro ou pelo próprio morador. Muitas vezes, ela apresentou-se geminada ou em séries enfileiradas, com porta ou portão e uma ou duas janelas, ocupando lotes estreitos e alongados<sup>18</sup>.

A casa operária foi a menor habitação unifamiliar. Sucedeu a casa térrea de chão de terra batido ou de piso de tijolos, apresentando, na parte fronteira, um armazém e, nos fundos, a moradia.

Caracterizou-se por um programa das necessidades mínimo, onde se concentravam as funções básicas correspondendo à sala na frente, quarto no centro, seguido de sala de jantar e cozinha. Geralmente a latrina ficava nos fundos, no quintal, além do tanque. Não raro, podia dispor de uma cocheira. Mas houve também variações sobre o mesmo tema e casas que nem mesmo contavam com esse programa, ora faltando a sala de jantar, ora a sala de visitas. Nesse caso, esta era substituída por um armazém ou loja.

O Padrão Municipal de 1886 estipulou-lhe o mínimo de três cômodos, inclusive a cozinha, medindo cada um pelo menos 7,50 metros quadrados e devendo todos eles possuir abertura para o exterior.

A aeração fazia-se pelas janelas fronteiras, pelos corredores laterais, pelas áreas internas ou pelo quintal. Geminada e quase sempre no alinhamento da rua, houve também as que tiveram um recuo fronteiro de 4 metros dedicado a um jardimzinho. Apareceu ainda isolada, em meio a terrenos de chácaras, destinados ao cultivo de hortaliças e de flores. Em 1900, procurou-se impor os recuos de 5 metros para as vilas operárias, edificadas no perímetro suburbano, onde a lei também procuraria fazer chegar o recuo lateral de 1,50 metro e o fronteiro, de 4 metros, catorze anos depois<sup>19</sup>.

(14) Lei n. 1.788, de 28 de maio de 1914.

(15) Respectivamente leis n. 1.780, de 7 de maio de 1914 e n. 1.422, de 12 de maio de 1911.

(16) De 1877 a 1914, entraram no Estado de São Paulo 1.728.520 imigrantes, dos quais 845.816 eram italianos, fixando-se boa parte capital. In: SENAI, Franco. *Italianos no Brasil. "Andiamo in'America"*. São Paulo: Martins, 1953 (?). p.172. Foi Alfredo Moreira Pinto quem definiu São Paulo como "*cidade de italianos*". Vide PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900. Impressões de Viagem*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1900.

(17) DEBENEDETTI, Emma e SALMONI, Anita. *Architettura Italiana a San Paolo*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1954. p. 36.

(18) Idem e DIAS, Márcia Lúcia R. Pinho. op. cit p. 74.

(19) Leis n. 498, de 14 de dezembro de 1900 e n. 1.788, de 18 de maio de 1914.

Por se tratar de lotes muito estreitos (6 metros e até 4,40 metros), e de pés-direitos muito altos, a casa operária quase não pode atender à necessidade de uma insolação mínima de 3 a 4 horas diárias<sup>20</sup>

A sala de visitas manteve-se sempre na frente da casa. Por sinal, era o cômodo mais arejado, provido de janelas que davam diretamente para a rua. Com frequência, era reversível, transformando-se em dormitório, mesmo a sala de jantar. Abrigavam hóspedes ou recém-chegados do exterior ou desempregados. Nesses casos, a sociabilidade era resolvida na calçada para onde se levavam as cadeiras, à noite, a fim de se tomar a *fresca* e se proceder ao convívio com os vizinhos e conhecidos do bairro.

Conforme a referida pesquisa, a casa operária representou pouco mais que 10% do total das casas paulistanas levantadas, enquanto que a casa mista, 24% e o cortiço, 5,4% do mesmo.

Para concluir, podemos observar que, com a ferrovia e a introdução da tecnologia no solo urbano no governo provincial de João Teodoro Xavier (1872-1875), iniciou-se a mudança nos programas das necessidades da casa paulistana. Porém, com a República, mais se acentuou a renovação no morar. Nesse momento, o Estado interferiu de modo direto no espaço urbano e doméstico procurando executar o programa econômico da cafeicultura, segundo o qual era necessário sanear o meio tropical e impedir que grassassem as moléstias que vinham do exterior com o objetivo de atrair capitais e mão-de-obra estrangeira. Culturalmente, a classe dominante dos empresários do café esteve vinculada de preferência à França de onde importou o palacete. Este também introduziu soluções capazes de sugerir mudanças, ainda que de modo dispersivo, nos demais tipos de casas e de reformular a idéia de morar em conformidade com os mais modernos princípios sanitários.

A Higiene Pública impôs renovações às casas menores, as quais, no entanto, não puderam ser resolvidas a contento. Tais habitações estiveram mais perto da circulação tradicional, tendo contado também com lotes alongados e estreitos, que mal deixavam espaço para os recursos imprescindíveis: corredores laterais e áreas internas.

A casa média permaneceu indecisa. Da casa rica recebeu certas sugestões como a subdivisão das funções e os jardins laterais e fronteiros. Mas não se desvencilhou da antiga circulação. A sala de jantar ocupou sempre o centro da composição espacial, o que indica que persistia a sua função aglutinadora do viver familiar. A sala de visitas constituiu o seu ponto de honra, pelo qual ela procurou compensar a distância que manteve do palacete. Com frequência, ampliou a área construída e o número de cômodos, aos quais atribuiu funções novas introduzidas por aquele.

Além dos recursos supracitados, a casa popular incorporou apenas a latrina no fundo do quintal e o tanque junto à cozinha. Substituiu os termos *varanda* e *alcova* respectivamente por sala de jantar e quarto. Essa esteve sempre presente, assim como a sala de visitas, muito embora não raro se transformassem em dormitórios. Nesse caso, a sociabilidade era resolvida na calçada, em frente à casa. Os jardins fronteiros foram esporádicos, apesar das tentativas feitas pela legislação municipal no sentido de incorporá-los definitivamente às casas particulares suburbanas.

(20) Vide artigo supracitado de Victor da Silva Freyre

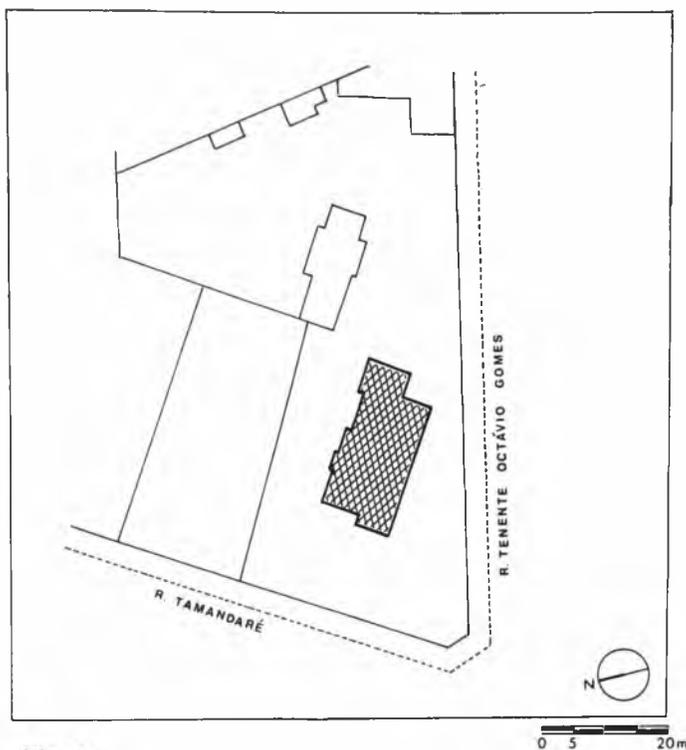
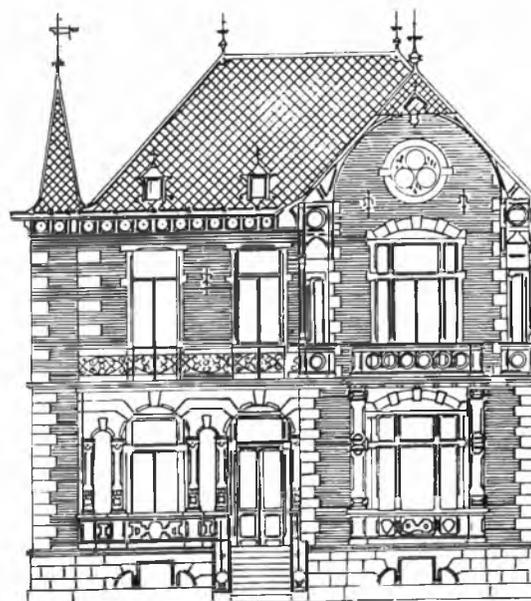


Fig. 1



ELEVACÃO PRINCIPAL



Fig. 2

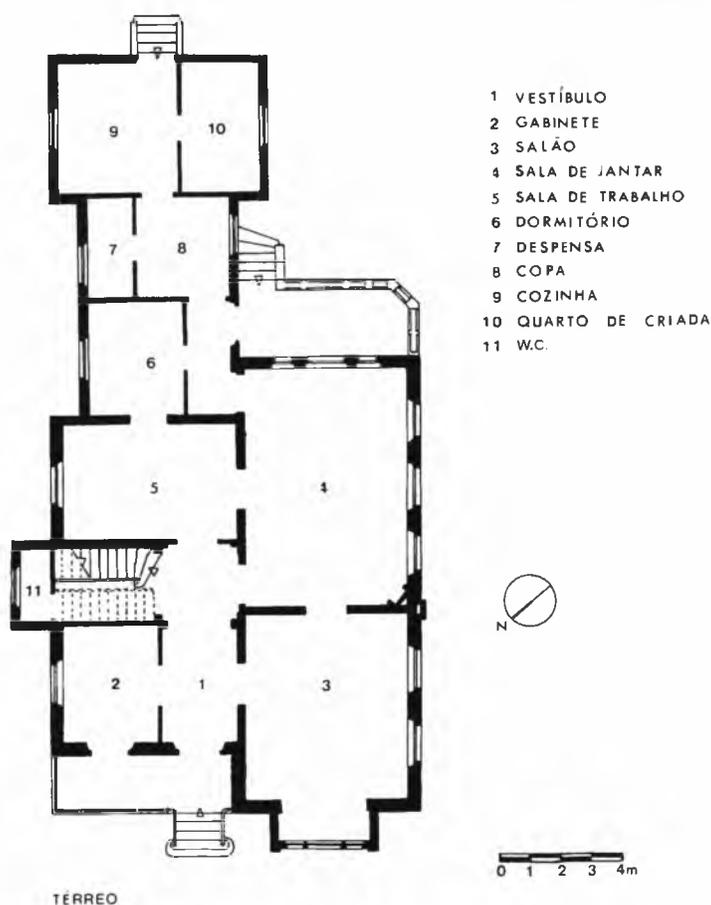


Fig. 3

- 1 VESTÍBULO
- 2 GABINETE
- 3 SALÃO
- 4 SALA DE JANTAR
- 5 SALA DE TRABALHO
- 6 DORMITÓRIO
- 7 DESPENSA
- 8 COPA
- 9 COZINHA
- 10 QUARTO DE CRIADA
- 11 W.C.

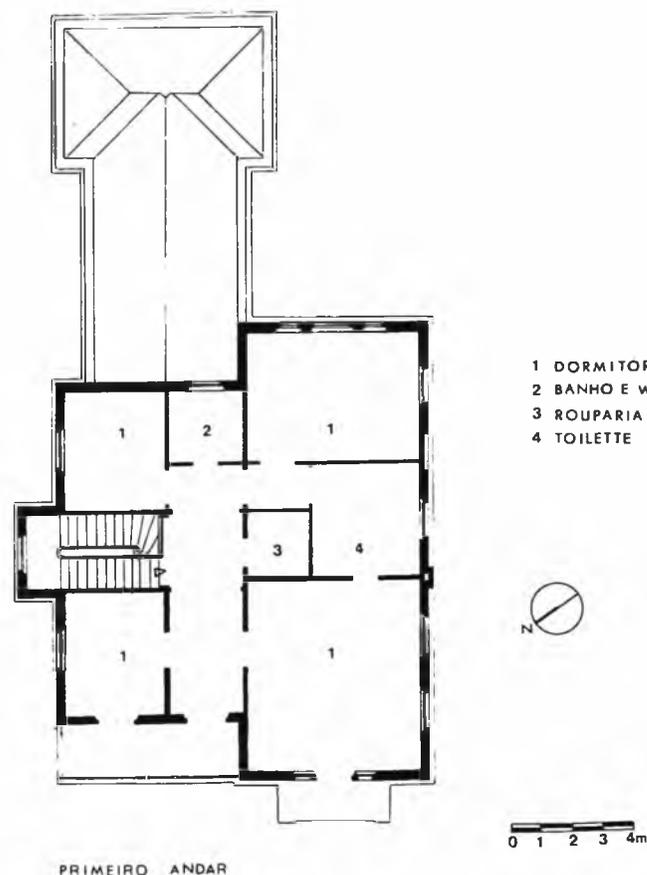


Fig. 4

- 1 DORMITÓRIO
- 2 BANHO E W.C.
- 3 ROUPARIA
- 4 TOILETTE

**Figs. 1, 2, 3 e 4**

**Casa 1**

Projetado e construído por Ramos de Azevedo, com apuro estilístico e implantação em meio a jardins, o palacete da Condessa de Parnaíba foi um dos pioneiros da cidade. Possuía o esquema básico da distribuição francesa, mas a sala de jantar ainda aparecia como distribuidora da circulação para a zona de serviços.

A cozinha ficava em puxado no térreo e o w.c. debaixo da escada, de acordo com o costume francês. O primeiro andar já contava com um banheiro completo, mas persistiram os quartos de toilette e o uso dos urinóis como complemento àquela novidade.

*Fonte:* Arquivo do Escritório Técnico "Ramos de Azevedo", na Biblioteca da FAUUSP. Extraída de *HOMEM*, Maria Cecília Naclério. O Palacete Paulistano. 1992.

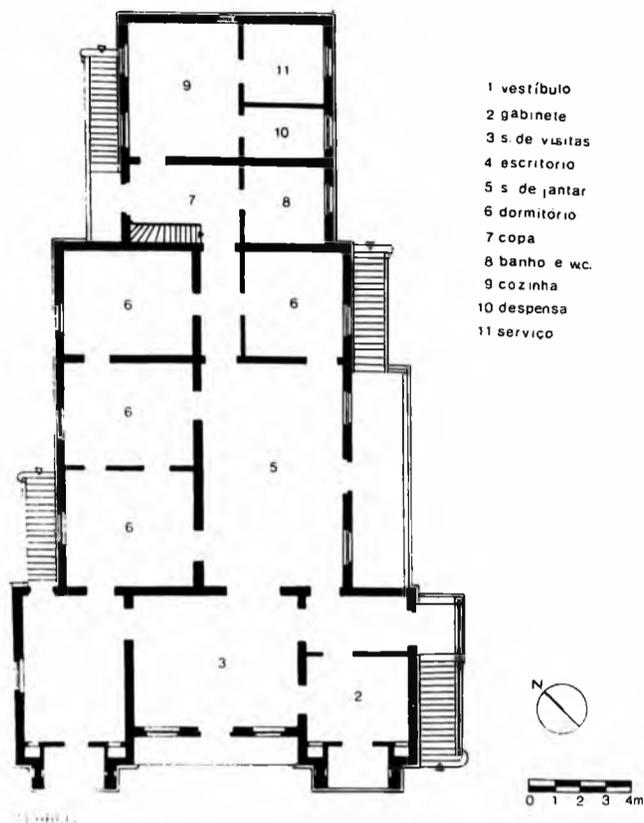


Fig. 5  
Casa 2

Planta de casa rica oscilando entre a tradição e o palacete. Situada na Avenida Paulista, n. 97, os arquitetos August Fried e Carlos Ekman projetaram e construíram esta casa térrea com porão, em meio a jardins, para José Borges de Figueiredo.

A sala de jantar, entre os dormitórios, permaneceu como centro distribuidor. A exemplo de antigo sobrado, o gabinete e os cômodos destinados à sociabilidade ficaram na parte fronteira. O banheiro, no agenciamento da cozinha, evidenciava a dependência do uso dos urinóis guardados nos criados-mudos dos quartos, bem como a sua passagem obrigatória pela sala de jantar e pela copa até chegar ao w.c., onde se despejavam os respectivos conteúdos.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e apresentada em *HOMEM*, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano*. 1992.

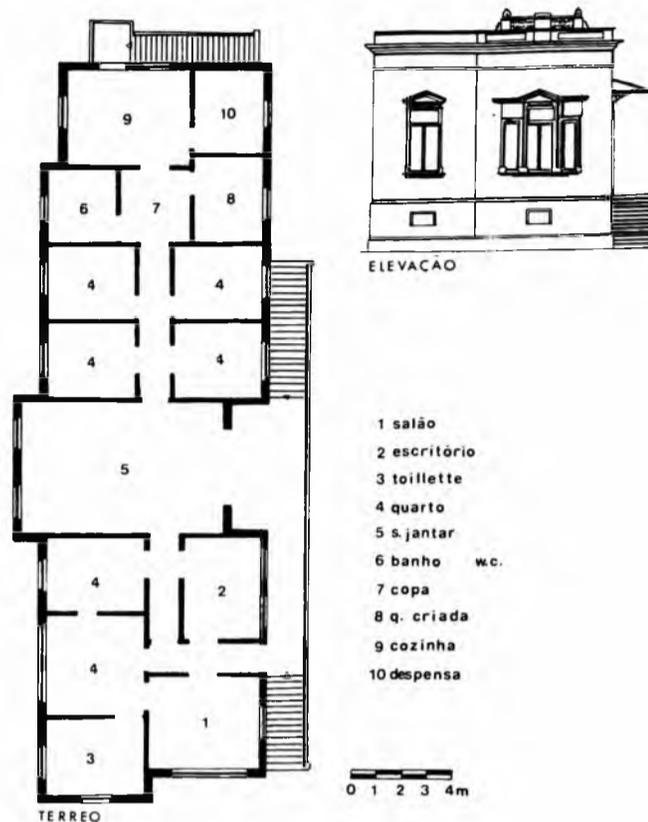


Fig. 6  
Casa 3

Situada na Avenida Higienópolis, n. 14, esta casa térrea com porão semi-enterrado pertenceu a Antonio Batista de Campos Pereira e foi construída em 1904, com recuos fronteiros e laterais, conforme a lei de 1898. Possuía ainda as características da anterior.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

Fig. 7  
Casas 4 e 5

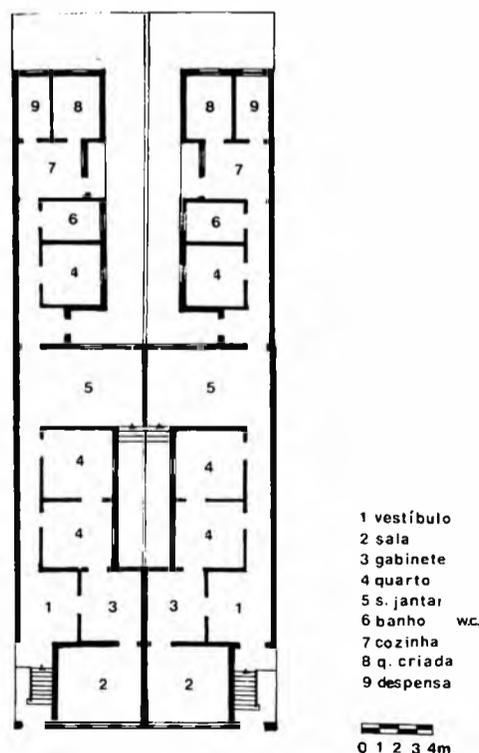
Plantas de duas casas médias geminadas, na Rua da Consolação, pertencentes à Santa Casa da Misericórdia.

Situavam-se no alinhamento da rua, com entrada lateral e contavam com quintais e áreas internas, por onde se fazia a aeração dos cômodos, recursos utilizados em vista de se atender às exigências estipuladas pelos Códigos Sanitários.

O programa das necessidades era o básico para esse tipo de casa: sala de visitas e gabinete fronteiros, seguidos de três dormitórios, interligados por um corredor estabelecido no sentido frente-fundos. A sala de jantar, mais ampla, constituía o centro da casa, local onde ocorria a vida familiar.

Como as demais residências imediatamente anteriores, havia incompatibilidade da antiga casa urbana quanto ao atendimento dos novos programas.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.



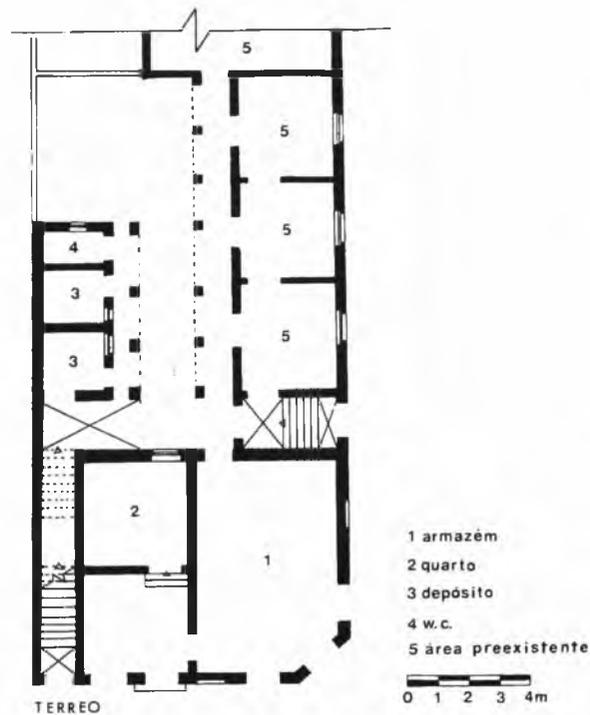


Fig. 8

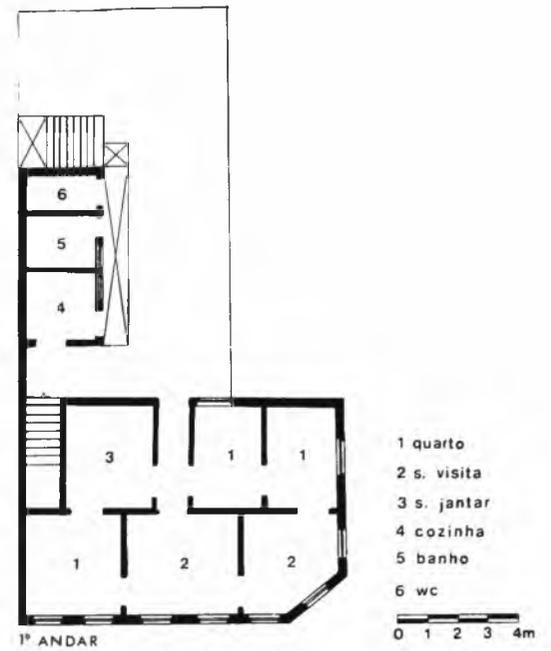


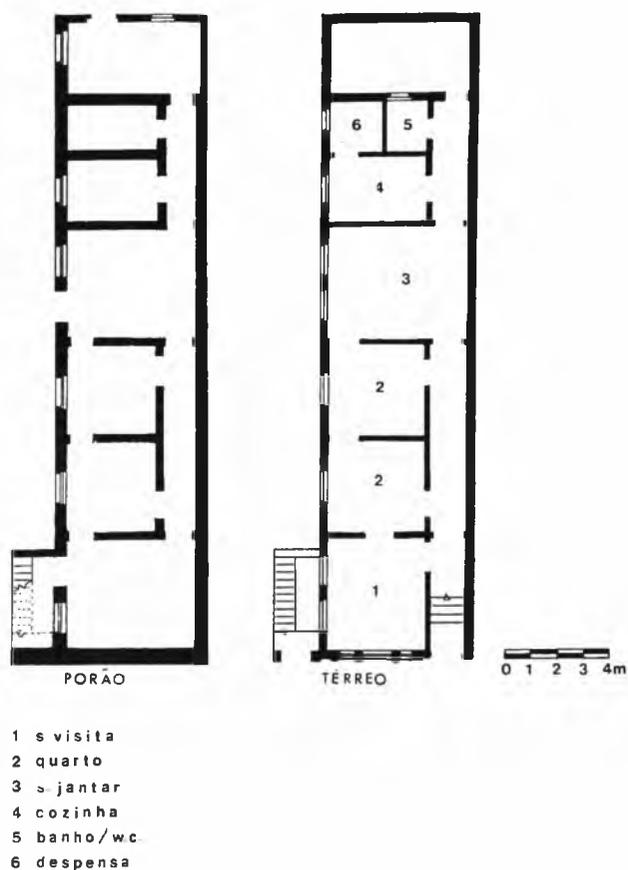
Fig. 9

**Figs. 8 e 9**

**Casa 6**

Apresentamos um exemplo de sobrado de esquina com armazém no térreo com demais dependências para esse tipo de comércio e moradia no andar superior. Datado de 1904, pertenceu a Miguel D'Andretta e localizava-se na Rua da Consolação esquina com a Alameda Santos, n. 403.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

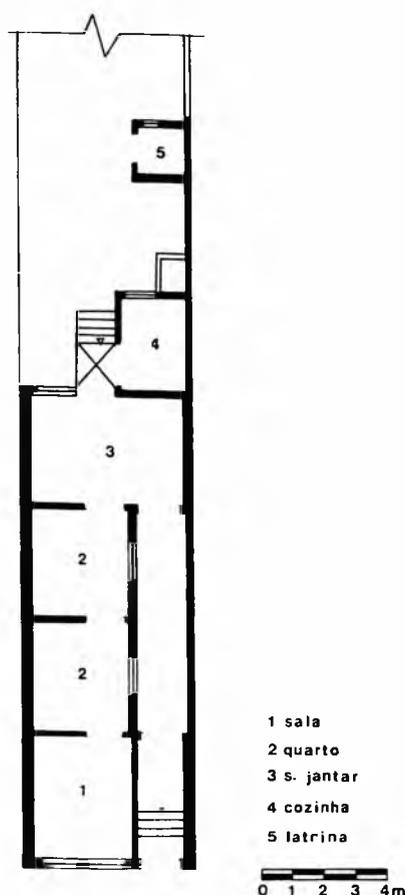


**Fig. 10**

**Casa 7**

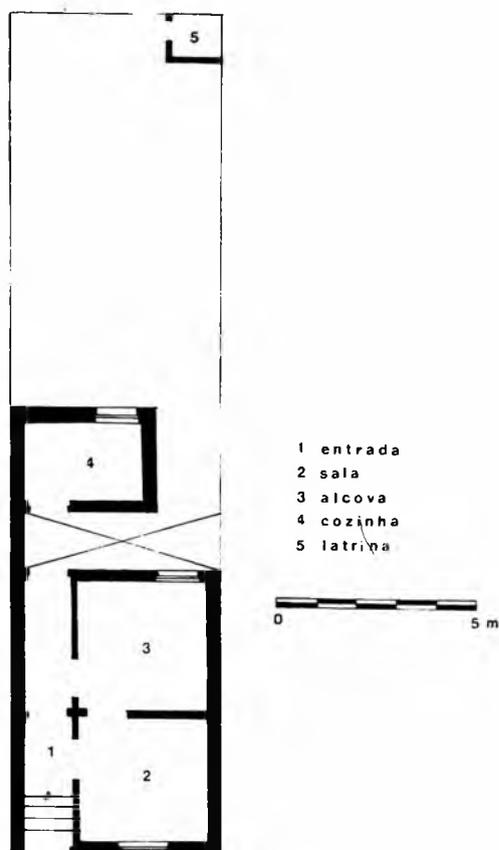
Casa térrea com porão, de Achille Bauduin, na Rua da Glória, n. 138. Provida de entrada e quintal, para os quais davam as aberturas dos cômodos, constitui exemplo de casa oscilando entre a média e a operária. A sala de jantar era sempre mais ampla. O banheiro ficava no agenciamento da cozinha. A ausência de acomodação para a criada remete-nos à casa operária, muito embora fosse provida de sala de visitas na frente, possivelmente transformada em quarto, dado o pequeno número dos mesmos.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.



**Fig. 11**  
**Casa 8**  
 Exemplo de casa operária de 1903. Pertenceu a Umberto Zumkellere e situava-se na Rua Lopes Chaves, n. 57, no Bairro da Barra Funda. Dispunha de corredor lateral, para resolver os problemas de higiene da habitação, sala de jantar mais ampla, além do tanque e da latrina no quintal.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.



**Fig. 12**  
**Casa 9**  
 Casa popular de J. Manoel Lembo Gonçalves, na Rua Bresser, no Brás. Construída em 1898, dispunha de área interna descoberta, outro recurso utilizado para atender ao Código Sanitário de 1894. Note-se o emprego da palavra alcova para designar dormitório.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.



**Fig. 13**  
**Casa 10**  
 Casa térrea mista para Charles Weller, na Rua Caetano Pinto, n. 49, no Brás. Construída em 1903, por Miguel Marzo, em lote exíguo, dispunha de armazém fronteiro e de quintal para resolver os problemas de higiene.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

Obs.. As plantas dos desenhos apresentados foram copiados e padronizados por Regina Mitie Suzaki e Ilza Fujimura.

## Arquivos Consultados

Arquivo Histórico Municipal Washington Luís — setor de plantas encadernadas sob a designação de Livros de Obras Particulares.

Arquivo de Plantas do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, na Biblioteca da FAUUSP

## Bibliografia

AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A Cidade de São Paulo*. Estudos de Geografia Urbana. São Paulo: Nacional, 1958. 4v.

BRUNO, Ernani da Silva. *Memória da Cidade de São Paulo*. Depoimentos de Moradores e Visitantes, 1553-1958. São Paulo: Prefeitura Municipal, DPH, 1981 (Série Registros 4).

DEBENDETTI, Emma, SALMONI, Anita. *Architettura Italiana a San Paolo*. São Paulo: Instituto Ítalo-Brasileiro, 1954.

- DIAS, Márcia Lúcia Rebello Pinho. *Desenvolvimento Urbano e Habitação Popular em São Paulo 1870-1914*. São Paulo: Nobel, 1990.
- DUPRÉ, Sra. Leandro. *Éramos Seis*. São Paulo: Brasiliense, 1946.
- FREYRE, Victor da Silva. A Cidade Salubre. *Revista Politécnica*, São Paulo, n. 48, p. 319-154, nov. 1914.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano. O Processo Civilizador e a Morada da Elite do Café (1867 — 1914-18)*. Tese (Doutoramento), 1992. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1989.
- MESQUITA, Alfredo. *Sílvia Pélica na Liberdade*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- PRADO JR., Caio da Silva. *A Cidade de São Paulo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SÃO PAULO (Cidade). *Códigos de Posturas*. São Paulo, s.n., 1873 e 1886.
- . *Leis e Atos do Município*. São Paulo. Vanhorden, 1903-1914.
- . *Leis e Resoluções da Câmara Municipal*. São Paulo, Vanhorden, 1892 a 1918.
- SÃO PAULO (ESTADO). *Leis e Decretos*. São Paulo, IMESP. 1889 a 1918.

# Natureza e Participação Social, uma Nova Estética para o Desenho Urbano

**Maria Angela Faggin Pereira Leite**

## **Resumo**

As formas da paisagem são o resultado do equilíbrio entre múltiplas forças e processos temporais e espaciais. Em certa medida, a paisagem é um reflexo da visão social do sistema produtivo e transforma-se sempre que as teorias, princípios filosóficos ou necessidades que as criaram não são mais reais ou evidentes.

Parece, assim, natural que o Paisagismo passe por transformações, tanto em relação ao seu referencial teórico, quanto em relação à sua atuação no campo do projeto. Entre essas transformações, a questão da modificação dos critérios de intervenção e dos padrões estéticos do projeto é discutida neste artigo.

## **Abstract**

The shape of the landscape is the result of the balance between several temporal and spacial forces and processes. In a way, landscape is reflex of the social view of the productive system and changes whenever theories, philosophic principles or the needs for its existence are not real or evident anymore.

So, its seems natural that Landscape Architecture goes naturally through transformations or changes both in relation to its theoretical framework and its praxis. Among these changes the question related to a new way of projectual praxis and aesthetic criteria asks for a deeper discussion.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Natureza e participação social, uma nova estética para o desenho urbano", apresentada em outubro de 1992.  
Orientador: Prof. Dr. Milton Santos.*

## Introdução

A paisagem, reflexo da relação circunstancial entre o homem e a natureza, resulta da ordenação do entorno a partir de uma imagem idealizada. Simultaneamente reflexo da estrutura da sociedade e objeto de intervenção, a paisagem é projetada e construída a partir de elaborações filosóficas e culturais que resultam, tanto da observação objetiva do ambiente, quanto da experiência individual ou coletiva em relação a ele.

Como reflexo da estrutura da sociedade, a paisagem mostra uma permanente procura de formas que expressem graus de integração e compatibilidade entre as manifestações políticas, econômicas, técnicas, científicas e artísticas dessa sociedade. A observação atenta dessas manifestações sociais nos permite captar a realidade em transformação e exprimi-la em obras específicas, que são os projetos paisagísticos.

Como objeto de intervenção desses projetos, a paisagem revela o processo dinâmico de expressão do imaginário social e de seus padrões estéticos e culturais, cuja origem dificilmente pode situar-se em um único campo específico de conhecimento.

Na antigüidade, os jardins eram obras da reflexão dos filósofos, poetas, monges e pintores, fechados para o mundo exterior e intimamente relacionados com a contemplação e a meditação.

Na atualidade são obras de arquitetura e devem procurar, também nos processos econômicos, políticos e históricos da sociedade, os fatos que explicam e justificam sua forma e seu caráter.

A fusão entre esses dois modos de expressão da realidade exige o estabelecimento de uma relação mais concreta entre a compreensão filosófica do espaço e do tempo absolutos — a reflexão sobre a paisagem — e a apreensão empírica do espaço e do tempo limitados — o projeto de Paisagismo. O longo processo de transição entre a visão rural da paisagem como natureza contemplativa e a compreensão de seu potencial de expressão de conflitos e desigualdades sociais geradas pelo processo de urbanização, envolveu o abandono de crenças e dogmas e sua progressiva substituição por propostas e projetos que melhor atendessem às questões originadas pela transformação da sociedade, ampliando, tanto o referencial teórico, quanto a atuação formal do Paisagismo.

## A Industrialização, a Urbanização e o Mundo da Produção de Massa

O Paisagismo entrou no séc. XX marcado por um legado teórico de espírito essencialmente agrário. Essa abordagem adaptou-se muito mal às novas paisagens de subúrbio da cidade industrial e revelou-se absolutamente inadequada para responder às questões então emergentes, como a pobreza, a fome, as desigualdades e o excesso de população.

A associação, nos projetos paisagísticos, entre os aspectos naturais e construídos de cada lugar e a conseqüente concepção da paisagem como uma seqüência fluente de articulações entre funções urbanas e rurais, foi o primeiro passo em direção à visão do espaço público como ponto de convergência entre cidade e campo, convergência que tem um significado econômico historicamente datado. De fato, o violento processo de industrialização/urbanização das cidades européias no séc. XIX e das cidades americanas no início do séc. XX, exigiu a mudança das condições de reprodução de uma classe trabalhadora numerosa, desumanizada e despersonalizada, porque culturalmente ligada às práticas e tradições rurais<sup>1</sup>. O surgimento dos grandes parques urbanos foi uma resposta a essa exigência.

(1) Considera-se aqui entre as condições de reprodução da classe trabalhadora, não apenas o direito à moradia, à alimentação e à saúde, mas também ao lazer em seus inúmeros aspectos.

As posteriores mudanças nas relações internacionais, o colapso e a transformação dos antigos imperialismos, o reajustamento das relações entre os povos, marcaram um momento de tendências confusas e incertas, cujo aspecto mais significativo foi seu caráter mundial, consequência da industrialização, da vida urbana, da produção de massa, das novas formas de comunicação e transporte.

A arquitetura funcional moderna tinha um projeto estético e político de combate à frivolidade superficial e ao ecletismo do final do séc. XIX. A beleza que resultava da função, dentro de uma estética severa, a idéia de que da fusão da arte com a indústria resultaria o progresso social ou de que bastava produzir um novo espaço urbano para que surgisse uma nova ordem social, aliada ao carisma dos grandes arquitetos modernistas, levou a arquitetura moderna a uma codificação, a uma gramática uniforme, que passou a ser praticada em todos os lugares do mundo.

A afirmação do edifício como monumento e como obra auto-referencial estava inserida numa forma de produção da cidade que prescindia de reflexões sobre especificidades locais: a ruptura com a tradição exigia que a modernidade fosse buscar em si mesma suas coordenadas e suas normas, fazendo farto uso da razão para explicar a rejeição às instâncias transcendentais.

A destruição da organização social em todos os seus aspectos — inclusive a destruição do tecido urbano — também correspondia ao espírito da modernidade, porque sua proposta racional se adequava melhor a um espaço totalmente construído ou reconstruído de acordo com o rigor da boa forma. Dividir o espaço, romper os limites existentes, estabelecer fronteiras, criar unidades, tudo era parte do processo de reconstrução de um mundo previamente despojado de suas garantias institucionais<sup>2</sup>

Todas essas questões passaram a preocupar os envolvidos nas discussões do urbanismo e a exigir outra forma de atuação do Paisagismo, cujas intervenções limitadas a jardins e parques públicos iam progressivamente perdendo significado.

A partir da década de 30, especialmente nos Estados Unidos, o adensamento das cidades e a generalização do uso do automóvel como meio de transporte provocou mudanças mais intensas na relação entre espaços livres e edificados, tornando necessária a busca de alternativas de projeto que enfrentassem essas questões. À medida que o aumento da população, da velocidade dos meios de transporte e da eficiência das comunicações tornavam a vida mais complexa, emergia também a consciência de que o Paisagismo podia responder aos interesses dos diversos grupos sociais através de projetos de caráter mais urbano e que os valores, os hábitos e os objetivos dos usuários podiam sugerir os critérios desses projetos.

Ao final da II Guerra Mundial, o declínio do colonialismo, sua substituição por novas relações de dependência e a ampliação dos mercados e relações econômicas internacionais, tornou global o processo de urbanização já acentuado nos países de capitalismo consolidado, levando o Paisagismo, tanto na prática de projeto, como no campo teórico, a procurar alternativas para as questões originadas por essa nova ordem mundial.

Embora esboçando os primeiros passos em direção a intervenções essencialmente urbanas, o Paisagismo manteve ainda por longo tempo uma atuação especificamente ligada à discussão de aspectos estéticos, sem questionar a qualidade da paisagem produzida pela interação entre as forças estruturais impostas pelos planos de desenvolvimento propostos em escala mundial e a rotina das práticas locais dos cidadãos submetidos a essas determinações.

(2) Uma discussão mais ampla dessa questão consta do cap. 5, da tese "Novos valores destruição ou desconstrução"

Na década de 50, Garret Eckbo revolucionou o pensamento paisagístico ao afirmar que os projetos de intervenção na paisagem destinam-se resolver contradições entre a natureza e a sociedade, que suas linhas emergem do exame atento das manifestações técnicas, econômicas e culturais da sociedade juntamente com a observação das condições específicas de organização de cada lugar e que esses dois conjuntos de conhecimento jamais podem ser utilizados separadamente<sup>3</sup>

O Paisagismo ingressou então num período de participação na vida urbana com o surgimento de numerosas frentes de avanço que buscavam a identificação e a humanização da paisagem do mundo da produção de massa.

### **Do Visual ao Ambiental**

Nesse contexto, as revoluções científicas, sociais, políticas e de comunicações da década de 60 — a conquista da Lua, os movimentos estudantis e pacifistas, as lutas políticas no Leste europeu, o desenvolvimento das telecomunicações — contribuíram para ampliar os referenciais que apoiavam as propostas de intervenção na paisagem. A passagem do projeto de pequeno porte para o projeto de sistemas de espaços livres urbanos e regionais começou a tomar forma como decorrência de questões relevantes para a estruturação do território em suas diversas escalas e a compreensão dos processos que determinavam essa estruturação tornou os projetos mais socializados e, simultaneamente, mais integrados com as questões naturais de cada lugar.

Por outro lado, o florescimento das teorias sociais de reivindicação e participação popular encontrou nos espaços públicos urbanos o veículo ideal para sua manifestação. Os projetos de Paisagismo procuravam atender às necessidades sociais de concentração e manifestação pública, organizando espaços de caráter cívico e os reflexos estéticos dessas inovações puderam ser observados principalmente na alteração das relações dimensionais, na introdução de elementos lúdicos e nas propostas que contemplavam a participação dos usuários na configuração final do projeto: praças e parques não eram mais construídos para a contemplação, mas para uma saudável, enriquecedora e efetiva utilização coletiva.

A imagem e a interpretação da paisagem começam a ser utilizadas como forma de introduzir a questão da contextualização do projeto, posteriormente ampliada pela incorporação de conhecimentos relativos à administração, utilização e conservação dos recursos naturais. Como reflexo imediato das acaloradas discussões ecológicas de 68 e 72, o Paisagismo ampliou as dimensões de sua atuação, defendendo que a elaboração local de um projeto contextualizado dependia da compreensão dos processos econômicos, sociais e naturais em escala mundial, nacional e regional. Ian McHarg, pioneiro na proposição metodológica e na elaboração de projetos que obedeciam a essa linha de pensamento, destacou a necessidade de compatibilizar processos naturais e sociais com a finalidade de solucionar os conflitos que o modelo de desenvolvimento econômico delineava para a década de 70.

A crise do Estado autoritário, com a extinção de algumas das mais fortes e prolongadas ditaduras mundiais — Portugal, Espanha, Grécia, Nicarágua — associada ao fim do colonialismo, que pode considerar-se extinto do mundo a partir de 1979, e à revolução das comunicações, teve um papel importante na redefinição do público e do privado, alterando padrões culturais e artísticos vigentes e envolvendo a construção de paisagens mais identificadas com as questões do cotidiano das comunidades. A pressão demográfica, por sua

(3) As idéias e propostas de Eckbo tiveram forte influência no desenvolvimento da chamada Escola Paulista de Paisagismo no Brasil, onde chegaram trazidas por Roberto Coelho Cardoso, pioneiro na implantação da disciplina de Paisagismo na FAUUSP

vez, pedia soluções habitacionais urbanas homogêneas e de dimensões reduzidas, com amplos espaços livres coletivos, facilmente identificáveis na produção do Paisagismo da década de 70.

A face cosmopolita das novas relações mundiais incorporou ao projeto paisagístico tanto o caráter simbólico/representativo — pela utilização de elementos com significado cultural local — quanto o caráter de arte em escala monumental — presente, por exemplo nas intervenções e instalações do escultor Christo — justificado pela possibilidade de apreender grandes porções do território através de vôos, fotografias aéreas e imagens de satélites. Mas levou também à adoção de um partido de projeto lógico neutro e apolítico que procurava distanciar-se dos conflitos e interesses contraditórios entre grupos sociais, surgidos a partir da década de 60, e sem nenhuma perspectiva concreta de solução.

O caráter profundamente recessivo e neoconservador da política dos anos 80, agravou ainda mais esse quadro pela ampliação do leque de questões sociais originadas na esfera econômica — prosperidade da economia européia, desafio, pelo Japão, do parque industrial americano, falência do modelo intervencionista estatal, surgimento dos tigres asiáticos — na esfera política — guerras sangrentas e invasões localizadas, atentados terroristas, queda de praticamente todos os regimes políticos fechados, extinção da URSS — e na esfera da saúde pública — fome, pela incapacidade de distribuição de alimentos, epidemias, disseminação da aids.

Os estudiosos das teorias de urbanização foram levados a formular propostas tão variadas e desvinculadas entre si quanto essas questões que, naquele momento, exigiam respostas urgentes porém inexistentes.

A censura, a pregação da moralidade, a corrida armamentista, provocaram uma onda de ataques às teorias sociais democráticas de participação e reivindicação popular, dando lugar a um liberalismo que não conseguia ocultar a impossibilidade de convivência entre grupos sociais tão diferentes em seus interesses e formas de manifestação. Dilemas e conflitos mundiais de caráter ecológico — desenvolvimento *versus* conservação de recursos naturais — catástrofes atômicas — Chernobyl, Three Miles Island, Goiânia — problemas urbanos incontrolláveis — aumento da violência e do desemprego, surgimento e ascensão de seitas de caráter racista e discriminatório — indicaram a retomada de padrões clássicos de projeto de espaços públicos segregacionistas e intimidatórios, como forma de tentar manter sob controle situações originárias da estrutura de um mundo politicamente conflitante e economicamente injusto. "As cidades e as regiões não cresciam mais como uma miríade de tensões público-privadas, mas como mutações deliberadas, engendradas por um Estado burocrático e uma sociedade civil corporativa, ambas as esferas guiadas pelo retorno financeiro."<sup>4</sup>

Se a paisagem revelava, de forma evidente, os temores e preconceitos resultantes desses conflitos sociais, do ponto de vista estético, os projetos de Paisagismo configuravam-se com verdadeiras exposições do poder e da riqueza acumulados pelos países e lugares centro desses acontecimentos. O Brasil não escapou a essa influência e, se por um lado, a falência do Estado não permitiu o patrocínio de espaços públicos de caráter segregacionista, o projeto paisagístico dos espaços privados — condomínios fechados, áreas de lazer dirigido, *shopping centers* — foi tão violentamente marcado por essas arbitrariedades como em qualquer outro lugar do mundo. A simetria rigorosa e a organização ortodoxa dos projetos aliada à fragmentação característica do período, resultou em intervenções não mais integradas ao contexto, mas, na

(4) DEAR, Michael 1988, p 26

maioria das vezes, em visível choque com ele, deixando a desagradável impressão de um cenário sem nenhuma relação com as reais atividades que se desenvolviam nas cidades, numa profusão de cores e formas sem significado social relevante.

A coesão, tão fortemente defendida pela modernidade, esfacelou-se diante de nossos olhares atônitos e as totalidades homogêneas que embasaram as práticas do moderno deram lugar a uma dispersão plural onde cada coisa procurava seu próprio sentido, exigindo a criação de referenciais próprios.

A desmitificação da razão, a rejeição da unidade, a falta de credibilidade em relação aos grandes discursos de emancipação e às explicações racionais que correlacionavam os âmbitos teórico, prático, político, ético e os articulavam e justificavam global e unitariamente foram responsáveis pelo surgimento de novas formas de estruturação do cotidiano.

A mundialização da informação e da comunicação tornou a velocidade das mudanças sociais, econômicas e políticas muito intensa, impedindo o controle das variáveis que incidem sobre a estruturação e a configuração da paisagem. A organização dos espaços passa a ser feita pelo estabelecimento de relações qualitativas entre seus componentes e as formas arquitetônicas precisam, necessariamente, identificar-se com o contexto.

Esse processo multidimensional de qualificação e identificação envolve o estabelecimento de relações com o conjunto de elementos físicos, naturais e culturais que caracterizam esse contexto e confere à paisagem uma dimensão ambiental, uma visão crítica, que decorre da integração perceptiva — integração entre todos os sentidos — e que é inerente à própria dimensão ambiental. É da própria qualidade dessa dimensão, onde se entrelaçam signos pertencentes a diversos meios de comunicação — sonoro, olfativo, visual, térmico, informacional — a transformação **contínua** das estruturas da paisagem no tempo e no espaço, acompanhando a velocidade vertiginosa de transformação do contexto.

O Paisagismo é forçado a deslocar-se do campo visual — onde tinha o papel de organizar espaços — para o campo ambiental — onde tem o papel de qualificar espaços — alterando radicalmente a reflexão sobre a paisagem e, conseqüentemente, os padrões estéticos do projeto.

## **A Nova Estética**

Esses padrões estéticos emergem sempre de questões determinadas pelos princípios econômicos, políticos, científicos, filosóficos e artísticos que refletem o momento e necessitam de um referencial que os sustente, aglutine e explique, conferindo-lhes uma validade capaz de diferenciá-los dos modismos e das soluções meramente formais.

Se é verdade que as modificações culturais e comportamentais podem induzir uma saudável renovação da metodologia e das práticas de projeto, é igualmente verdadeiro que essas modificações podem provocar perdas, sob certos aspectos, na interação entre a obra e o usuário. O desmoronamento de princípios, dogmas e crenças exige a construção de novos paradigmas, tarefa nem sempre simples e imediata. O estranhamento, a obra difícil, manifestações da reflexão e da procura desses paradigmas, correm sempre o risco de não serem compreendidos, de provocarem desinteresse ou, o que é pior, rejeição.

Diferentemente da modernidade, que efetuava sua reflexão a partir dos princípios filosóficos que a explicavam e não a partir do confronto com a realidade ou com a materialidade do cotidiano, o momento atual utiliza esse confronto, ou melhor, toma esse confronto como ponto de partida para elaborar sua reflexão. As normas inflexíveis da modernidade convidavam à crítica e à ridicularização como caminho para a reação e a mudança. Na atualidade, a ausência de normas rigorosas resulta no pastiche, na imitação, na cópia, no *fake* reciclado como proposta de mudança. Essa atitude crítica é, porém, altamente intelectualizada, seletiva e elitista porque o humor e a sátira que lhe são inerentes se perdem ou se transformam em simples associações formais quando suas referências não podem ser entendidas.

A prática de uma gestão territorial democrática, que parece delinear-se no período atual, genericamente rotulado de pós-moderno, supõe a constituição de um novo *corpus*, de novas referências, reconhecidas por todos os cidadãos e não apenas por um pequeno grupo de iniciados. Nesse sentido, a Arquitetura e o Urbanismo reclamam uma nova concepção de arte, uma abertura do sistema de referências e de escolha de materiais e técnicas, a aceitação da existência de atividades humanas pluralistas e contraditórias, conduzidas também pela imaginação e não somente pela razão<sup>5</sup>

A inclusão de espaços livres públicos nas várias concepções urbanas ao longo da história comprova a crença de que o contato com a natureza é simbólico e significativo na vida das pessoas e que a cidade não é uma entidade independente dos processos naturais<sup>6</sup>

Mudanças profundas no modo de vida e nas necessidades sociais nos levam a reconsiderar a forma e o conteúdo desses espaços como parte de um ambiente urbano em evolução, visando protegê-lo e assegurar sua continuidade. A explosão demográfica, a natureza pluralística da sociedade, o amplo espectro de interesses e conflitos emergentes entre classes sociais e as diversas necessidades de cada comunidade são considerações importantes na reflexão sobre a paisagem e vão manifestar-se, no âmbito do projeto de Paisagismo através de novos valores e critérios.

A **citação** é uma forma de seleção e utilização de elementos extraídos de fatos culturalmente significativos ou marcantes. A ação de qualificar os espaços decorre da possibilidade de relacionar imagens que nos são oferecidas pela observação direta do mundo real e imagens abstratas e interiorizadas que nos são transmitidas pela cultura.

A consciência de que o projeto não tem a capacidade de alterar a realidade trouxe consigo a liberdade de trabalhar com o **simbólico**, com a riqueza de significados, mesmo que nem sempre claros, conectando fatos pertencentes a diferentes planos de percepção, ampliando as possibilidades de interpretação, de compreensão do ritmo, da história, das contradições, das discriminações, permitindo ver a realidade e alterá-la, não por meio do projeto, mas pela modificação das relações sociais.

A outra face do simbólico é a **referência do lugar**, fundamental para impedir a destruição completa das raízes e valores coletivos. A atual aceleração das mudanças apaga rapidamente a história, instalando uma espécie de processo de amnésia coletiva. O sentido do lugar, a expressão dos processos naturais originais anteriores à urbanização podem ser revividos em segmentos simbólicos do projeto, que nos lembrem onde estamos. Identificar características e processos naturais e criar formas urbanas relacionadas com eles pode resultar em espaços livres públicos estreitamente associados com cursos de água, planícies de inundação, terrenos frágeis, espaços que ressaltem a interdependência entre processos urbanos e naturais.

(5) GLUSBERG, Jorge. 1987, p. 81

(6) LAURIE, Michael. 1989, p. 48

A **integração com o entorno**, possível apenas quando existe a disposição prévia de entender como uma determinada porção da paisagem foi construída, tem a importância fundamental de revelar aspectos da razão da intervenção. É inerente a esse processo a escolha de um referencial, um elemento que, naquele contexto, aglutine, explique e confira validade ao projeto. Esse referencial, que não é meramente formal, mas estrutural, porque sua seleção decorre da leitura do lugar, pode ser identificado pela observação atenta da forma de **participação do usuário** e da **comunidade**. Espaços públicos urbanos rejeitados ou abandonados, freqüentemente resultam da incapacidade de seu projeto de estimular o interesse do usuário, manter sua atenção, permitir interações sociais e adaptar-se a mudanças contínuas. O projeto não deve jamais impor, mas apenas sugerir comportamentos. "E o intérprete que, no próprio momento em que se abandona ao jogo das livres relações sugeridas, volta continuamente ao objeto para nele encontrar as razões da sugestão, a mestria da provocação, a esta altura não desfruta mais unicamente de sua própria aventura pessoal, mas desfruta a qualidade própria da obra, sua qualidade estética."<sup>7</sup>

Espaços livres públicos, projetados para atender a um único propósito, não são apenas enfadonhos e desagradáveis, são também incapazes de auto-enriquecimento, uma vez que excluem de sua utilização uma parte da sociedade. **Espaços públicos flexíveis** e menos rigorosamente definidos, adaptáveis a atividades e propósitos sociais que possam vir a surgir futuramente, podem ser as soluções mais sensíveis nas atuais condições de diversidade social e cultural.

A concretização, sob forma de objetos paisagísticos, dos valores e critérios de um novo período histórico, ocorre por meio da utilização de técnicas construtivas e **materiais** que pertencem ainda ao período anterior. Assim, as formas arquitetônicas decorrentes da adoção de novos paradigmas são obtidas a partir de adaptações dos materiais existentes, aí incluídas, no caso específico do momento atual, adaptações à velocidade de mudança das necessidades sociais. Talvez seja essa dificuldade que leve os trabalhos de vanguarda a adotar, na qualificação dos espaços públicos, soluções provisórias, objetos removíveis, painéis e reformas de fachada, numa tentativa de testar possibilidades de resposta às peculiaridades do período. É possível que, a partir do momento em que os novos paradigmas encontrem os materiais adequados à sua expressão, a estética que atualmente se insinua na fronteira entre a realidade e a imaginação revele sua verdadeira face.

## Bibliografia

- CALVINO, Italo. *Lezione Americane: sei proposte per il prossimo millennio*. Milano: Garzanti, 1988.
- DEAR, Michael. State, territory and reproduction: planning in a post-modern era. In: *Tecnologia e gestão do território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- ECKBO, Garret. *Landscape for living*. New York: F. W. Dodge Corp, 1950.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- GLUSBERG, Jorge. Los signos de la ciudad y una poetica del entorno. *Revista de Estética*, Buenos Aires, n. 5/6, p. 79-85, 1987
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- MCHARG, Ian. *Design with nature*. New York: The Natural History Press, 1969.
- RAVERA, Rosa Maria. *Estetica y semiotica*. Rosario: Fundacion Ross, 1988.

(7) ECO, Umberto. 1991, p. 175.

# O Controle do Uso do Solo para Proteção dos Mananciais

**Antonio Claudio M. L. Moreira**

## **Resumo**

O texto apresenta os efeitos urbanísticos da legislação de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. Considera esta legislação ineficaz para controle da expansão na borda da área urbanizada, porque, não leva em conta a prévia preparação para urbanização, e as características dos assentamentos populacionais nesta área.

*Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado "Política pública de proteção dos mananciais", apresentada em agosto de 1990.*

*Orientador: Prof. Dr. Celso Lamparelli.*

## **Abstract**

The paper presents the urbanistics effects of the legislation for water resources protection at São Paulo metropolitan area. Furthermore, the policy is ineffective to control the urban bonderings expansion, because it denies the previous preparation for urban use and the characteristics of populational settlement in this area.

## Introdução

A Grande São Paulo supre suas necessidades de água potável recorrendo aos recursos hídricos da Região Metropolitana e importando água de bacias vizinhas.

Estes recursos são utilizados também para geração de energia elétrica, através da reversão dos rios Tietê e Pinheiros, do bombeamento de suas águas para a represa Billings, e do lançamento destas águas, serra abaixo, para geração de energia elétrica em Cubatão.

Mas nem todos recursos hídricos da região são utilizáveis para abastecimento de água: mais da metade, 51%, *"encontram-se inutilizados para abastecimento de água e lazer devido, principalmente, aos elevados índices de poluição atingidos"*. (São Paulo, Assembléia Legislativa, 1975)

Os demais recursos hídricos encontram-se ameaçados pela expansão urbana da Grande São Paulo. Os corpos de água são alterados: a quantidade de matéria estranha é maior do que sua capacidade de assimilação. O ciclo hidrológico é alterado: a remoção da cobertura vegetal natural — a Mata Atlântica — reduz a evapotranspiração e por via de conseqüência a umidade presente no ar; a impermeabilização do solo reduz a infiltração, e conseqüentemente o volume de água armazenado no subsolo; a impermeabilização da superfície e a canalização dos cursos de água aumenta a velocidade de escoamento e afasta as águas da região.

Este quadro de uso múltiplo dos recursos hídricos e de expansão urbana na direção dos mananciais determinaram a política pública de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

## A Disputa pelos Recursos Hídricos

A Região Metropolitana de São Paulo contém em seu território as cabeceiras dos rios Tietê, Paraíba do Sul e Juquiá. Destas a bacia do Alto Tietê é a principal; compreende o rio Tietê e seus afluentes, desde suas cabeceiras até a barragem de Pirapora. Nesta bacia, 20% dos recursos hídricos são utilizados para abastecimento de água.

Desde 1975 (governo Paulo Egídio) foram implementadas políticas de proteção dos recursos hídricos da Região Metropolitana de São Paulo: foi instaurado o controle de uso e ocupação do solo nas vertentes tributárias dos mananciais metropolitanos — a legislação de proteção dos mananciais; foram ativadas as obras do sistema de tratamento de esgotos de São Paulo, o controvertido SANEGRAN; foram realizadas obras de separação entre a represa Billings e seu braço do rio Grande que abastece a região do ABC; recentemente, disposição transitória da Constituição Estadual estabelece prazo para cessar o recalque de substâncias poluentes para a represa Billings.

Mas até 1982 (governo Montoro), os recursos hídricos estavam predominantemente comprometidos com a produção de energia elétrica: 87 m<sup>3</sup>/segundo seguiam para as usinas geradoras de energia elétrica da Eletropaulo em Cubatão, e 3 m<sup>3</sup>/segundo seguiam Tietê abaixo (São Paulo, Assembléia Legislativa, 1975). A partir de 1982, foram implementadas políticas de gestão dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê, principalmente para controle de cheias e de poluição. Preliminarmente, toda vazão dos rios Tietê e Pinheiros, e por conseqüência toda carga poluidora desses rios, foi descarregada sobre o Médio Tietê (operação saneamento) para reduzir a poluição da represa

Billings. Após, essa vazão média, e a correspondente carga poluidora desses rios, foi dividida em partes iguais entre as represas Billings e Pirapora (operação balanceada). No período de cheias é acionada toda capacidade de bombeamento para a Billings e liberada toda capacidade de vazão para o Médio Tietê (operação enchente). Recentemente (governo Quéricia), no período de estiagem, toda vazão do rio Tietê a montante do rio Pinheiros é desviada através do rio Pinheiros para a represa Billings, a fim de facilitar as obras de aprofundamento da calha do rio Tietê.

Entretanto, essas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê não são compatíveis entre si. Do lado do abastecimento de água, a legislação dos mananciais pretende proteger todos os recursos hídricos utilizáveis para abastecimento da metrópole paulistana, visando destiná-los ao abastecimento de água. Do lado da energia elétrica a política pública preservava — até o advento da nova Constituição paulista — o recalque das águas poluídas do rio Pinheiros para a represa Billings, um dos mananciais protegidos por lei. Do lado do tratamento de esgotos a política pública prévia — até o advento da nova Constituição paulista — o despejo de efluentes de estação de tratamento de esgotos, da região do ABC sobre a represa Billings, um dos mananciais protegidos por lei.

Esta é a questão dos mananciais metropolitanos de São Paulo: a disputa entre abastecimento de água e energia elétrica (outros usuários são pouco relevantes em face desses) pelos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê.

A represa Billings condensa esta questão: faz parte do sistema de geração de energia elétrica da Eletropaulo em Cubatão, como reservatório receptor das águas — poluídas — dos rios Pinheiros e Tietê; é recurso hídrico protegido pela legislação dos mananciais; deverá receber o efluente de estação de tratamento de esgotos da região do ABC.

Enquanto persistir o bombeamento do rio Pinheiros para a Billings — proibido pela Constituição Estadual a partir de outubro de 1992 — a carga poluidora despejada neste reservatório continuará elevada, inviabilizando sua utilização como manancial abastecedor de água da Grande São Paulo. E o interesse por este bombeamento não é pequeno! O sistema de alimentação de energia elétrica da Região Metropolitana, cuja capacidade de transmissão encontra-se praticamente saturada, depende da geração de energia elétrica em Cubatão, e por conseqüência depende do bombeamento das águas poluídas dos rios Pinheiros e Tietê para a represa Billings.

E a possibilidade de um bombeamento de águas não poluídas é remota! A médio prazo o projeto de tratamento de esgotos da Grande São Paulo — o SANEGRAN, limitado ao tratamento de 7,2 m<sup>3</sup>/segundo, apenas evitará o agravamento da poluição dos rios Pinheiros e Tietê. Mesmo em sua capacidade máxima, estes rios continuarão poluídos, pois o volume de água distribuído, e conseqüentemente de esgotos gerados, ainda é maior do que a capacidade máxima do tronco interceptor.

## **A Expansão Urbana na Direção dos Mananciais**

A cidade de São Paulo extravasou os limites do município. Veio a compor o que o Padre Lebreton denominou Grande São Paulo (SAGMACS, 1958), e que a Lei Federal institucionalizou como Região Metropolitana de São Paulo. Seu crescimento populacional foi intenso: atingiu 15 milhões de habitantes em 1985 (S. Paulo, Estado, 1985), e ainda continua a crescer.

Desde 1975, os estudos para a Região Metropolitana, o *Diagnóstico 75* (César et al., 1975), alertavam para a tendência da expansão urbana na direção dos mananciais. Com base neste estudo, a exposição de motivos do projeto de lei 241/75 apresentava um negro prognóstico desta expansão urbana: *"a curto prazo será perdido para o abastecimento público o Baixo Cotia ... e na seqüência, o Guarapiranga e a Billings que totalizam uma disponibilidade de 24 m<sup>3</sup>/segundo"* (São Paulo, Assembléia Legislativa, 1975)

Essa expansão urbana de fato ocorreu, como demonstram os estudos de Sócrates, Grostein e Tanaka que comparam a extensão da mancha urbana de São Paulo nos anos de 1972 e 1983; e como demonstra o mapa elaborado pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo — EMPLASA, sob o título de Expansão da Área Urbanizada na Região Metropolitana de São Paulo.

Essa expansão urbana foi localizada principalmente no entorno da área já urbanizada. Atinge, na área de proteção dos mananciais, o entorno da represa Guarapiranga e o vale do rio Juquerí.

Mas a proporção da área de proteção dos mananciais ocupada pela urbanização ainda é muito pequena em relação à extensão da área protegida — quase 55% da Região Metropolitana.

## **A Legislação de Proteção dos Mananciais**

Diante da disputa pelos recursos hídricos da Região Metropolitana, e da expansão urbana na direção dos mananciais, o governo do estado de São Paulo optou pela proteção dos mananciais.

Na federação brasileira os estados não decidem sobre a destinação dos recursos hídricos, que é competência privativa da União (Constituição Federal, Art. 21). Mas, os estados tem competência para legislar sobre saúde — inclusive a proteção dos recursos hídricos (Constituição Federal, Art. 23) e mais recentemente sobre proteção de meio ambiente (Constituição Federal, Art. 24).

As leis estaduais 898/75, 1.172/76, 2.177/77 e 3.286/82, regulamentadas pelos decretos estaduais 9.717/77, 12.219/78 e 15.037/80, e dispositivos da Constituição Estadual de 1989 concretizam a proteção aos mananciais metropolitanos de São Paulo.

A lei 898/75 identifica os recursos hídricos protegidos e define seu instrumento: o controle *"dos projetos de arruamentos, loteamentos, edificações e obras, bem assim a prática de atividades agropecuárias, comerciais, industriais e recreativas"* (Art. 3º, parágrafo único), nas bacias de drenagem dos mananciais protegidos (Art. 3º, *caput*), mediante restrições a serem estabelecidas em lei (Art. 11).

A lei 1.172/76, modificada pela leis 2.177/79 e 3.286/82, define algumas destas restrições: a delimitação da área de proteção dos mananciais e das áreas de maior e menor restrição, a imposição de normas relativas ao uso e à ocupação do solo, ao parcelamento e arruamento, à impermeabilização do solo, ao desmatamento, à coleta e disposição de esgotos e resíduos sólidos.

Os decretos 9.714/77 e 12.219/78 definem as atribuições dos agentes estaduais gestores destas normas (Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo —

EMPLASA, Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Defesa do Meio Ambiente — CETESB, Secretaria do Meio Ambiente), e autorizam convênios, com os municípios da Região Metropolitana, para exame, adaptação e aprovação de projetos de residências unifamiliares na área de proteção dos mananciais.

A nova Constituição do Estado de São Paulo proíbe o lançamento de efluentes de esgotos em qualquer corpo de água, sem o devido tratamento (Art. 208), e estabelece o prazo de 3 anos para o poder público impedir o bombeamento de águas servidas, dejetos e outras substâncias poluentes para a represa Billings (Art. 46 das disposições transitórias)

## **A Política de Proteção dos Mananciais**

De um ponto de vista estritamente técnico, a escassez de recursos hídricos, bem como os efeitos da urbanização da bacia de drenagem dos mananciais protegidos, e ainda a disputa pelos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê, poderiam ser solucionados.

Para tanto, basta mobilizar os recursos da sociedade e do poder público para despoluição dos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê, para implantação de infra-estrutura urbana — especialmente sanitária — nas áreas já ocupadas pela expansão urbana, e para substituição das fontes de energia elétrica que abastecem a Grande São Paulo.

Entretanto, a questão não é meramente técnica. As instalações dos sistemas de abastecimento de água, de afastamento de esgotos e de geração energética, são meios de consumo coletivo, isto é, são *"suportes materiais de atividades destinadas à reprodução ampliada de uma força de trabalho social"* (Lojkine, 1972, p. 3) E como meios de consumo coletivo, que integram o meio urbano, essas instalações *"estão no centro da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico — essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas — e as leis de acumulação do capital"* (Lojkine, 1981, p. 121) E nessa condição participam da divisão social peculiar à cidade capitalista.

A política pública condensa as relações de forças de grupos em conflito ou contradição com a participação do Estado. No caso, a política pública de proteção dos mananciais, não resolve a disputa pelos recursos hídricos da bacia do Alto Tietê, mas interfere nessa disputa. De fato, essa política pública não decide que parte dos recursos hídricos em questão serão destinados ao abastecimento de água, à diluição de esgotos, à geração de energia elétrica, e a outros usos. Mas essa política pública evita que os mananciais sejam poluídos, e assim garante a presença do sistema de abastecimento de água como disputante desses recursos hídricos.

A política pública de proteção dos mananciais expressa a decisão do Estado de escolher, como objeto de intervenção, a preservação da qualidade das águas, independentemente de seu uso. Expressa, também, a decisão do Estado de definir como partes em conflito — os usuários dos recursos hídricos destináveis ao abastecimento de água (Sabesp), em confronto com os usuários das bacias de drenagem adjacentes; e mais recentemente, os interessados no bombeamento de águas poluídas para a represa Billings, em confronto com os interessados na qualidade das águas.

### **A dimensão planificadora da proteção dos mananciais**

O governo estadual materializou a política pública de proteção dos mananciais, pela disciplina das atividades humanas nas bacias de drenagem dos mananciais protegidos, e mais especificamente pelo controle do uso e da ocupação do solo, e pelo controle das condições de coleta, transporte e destino final de esgotos e resíduos sólidos. Apenas recentemente, a constituinte estadual opta também pelo controle do bombeamento de águas poluídas para a Billings.

Outras intervenções para proteção dos mananciais foram desconsideradas. Outras possibilidades de disciplina das atividades humanas na bacia de drenagem dos mananciais protegidos foram desconsideradas. Mesmo a tradicional desapropriação da bacia contribuinte foi considerada ultrapassada, economicamente inviável, e descartada — exceto em casos excepcionais.

Assim, a política pública de proteção dos mananciais, reduziu-se a uma política pública de disciplina das atividades de terceiros nas bacias de drenagem dos mananciais protegidos; e a uma política de controle do bombeamento para a represa Billings.

### **A dimensão operacional da proteção dos mananciais**

O instrumental de implantação da política pública de proteção dos mananciais revela uma concepção jurisdicista de Estado. O instrumento de controle da qualidade das águas definido pela legislação de proteção dos mananciais é a polícia administrativa do uso do solo e da coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos. Por sua vez, o instrumento de controle da qualidade das águas, determinado pela Constituição Estadual, é polícia administrativa do bombeamento de dejetos para a Billings. Ambos, são instrumentos legais reguladores de atividades de terceiros: proprietários e usuários da área de proteção dos mananciais; operadores do sistema de recalque do rio Pinheiros para a Billings (Eletropaulo); e operadores da futura estação de tratamento de esgotos da região do ABC (Sabesp), com peculiaridade desses últimos integrem o aparelho de Estado.

Essa concepção jurisdicista trata a sociedade como se todos os seus membros fossem iguais. Assim ignora (ou faz vistas grossas) à derrogação da lei, freqüentemente praticada pelos produtores de parcelamentos irregulares. Ou seja, ignora o acordo tácito entre produtores de loteamentos clandestinos, agentes públicos responsáveis pela sua fiscalização, e compradores dos lotes, de não denunciar as ilegalidades, na expectativa da futura anistia das irregularidades do parcelamento. Tal acordo ocorre pela ascendência das classes dominantes sobre o aparelho de Estado, e pelo interesse do poder público de se legitimar junto às classes subalternas.

Essa concepção jurisdicista ignora também (ou faz vista grossa também) a derrogação da lei, freqüentemente praticada pela população mais pobre na produção de suas edificações. Ou seja, ignora o acordo tácito entre produtores de edificações e agentes públicos responsáveis pela sua fiscalização, de não denunciar a desobediência à lei, na expectativa da futura anistia das irregularidades.

Por outro lado o uso desse instrumental apresenta limitações. Há limitações peculiares ao exercício do poder de polícia administrativa, a saber: a necessidade de uma fiscalização intensa e permanente, sempre sujeita à corrupção; a constatação tardia das situações irregulares, quando os danos são dificilmente reparáveis; a ineficácia da notificação e da sanção administrativas para sustar procedimentos irregulares; a morosidade de procedimentos judiciais que obri-

gam os infratores a sustar procedimentos irregulares e a reparar danos ao meio ambiente.

Há ainda limitações peculiares à formação social, a saber: a capacidade de derrogação da lei, peculiar aos proprietários imobiliários das classes dominantes; e a impossibilidade de controle das condições de uso e ocupação do solo da população mais pobre, habituada a viver na clandestinidade.

### **O efeito sobre a expansão urbana**

O efeito do discurso e do instrumental de disciplina do uso do solo na área de proteção dos mananciais é aparentemente contraditório. De um lado, houve expansão urbana da Grande São Paulo na área protegida, predominantemente no entorno da represa Guarapiranga, e no vale do rio Juquerí. De outro lado, a extensão da área de proteção dos mananciais ocupada pela urbanização, é muito pequena em relação à extensão total da área protegida.

Olhando a questão do lado da pequena proporção da área protegida, que foi ocupada pela urbanização, é possível afirmar que a legislação de proteção dos mananciais atingiu seu objetivo de conter a expansão urbana na área protegida. Entretanto, é preciso considerar que no período pós-legislação de mananciais, houve desaceleração do crescimento demográfico da Grande São Paulo, assim como a desaceleração do crescimento econômico pós "milagre brasileiro", aos quais corresponde a desaceleração do crescimento da área urbanizada e dos negócios imobiliários. É preciso considerar também que o crescimento urbano dos 15 anos pós-legislação de proteção dos mananciais é muito pequeno perante a extensão da área de proteção dos mananciais — 55% da Grande São Paulo.

Nessas condições, a contenção da expansão da mancha urbana na direção dos mananciais é atribuível, principalmente, à desaceleração do crescimento da Grande São Paulo e, subsidiariamente, à legislação de proteção dos mananciais, já que essa legislação não foi eficaz nas áreas de grande pressão para urbanização — o entorno da área urbanizada.

Desfeita assim a aparente contradição, é possível afirmar que a legislação de proteção dos mananciais foi insuficiente para conter a expansão urbana na área protegida. Parte da área protegida já se encontrava preparada para a urbanização, por ocasião da legislação de proteção dos mananciais. Trata-se de área com menor qualificação urbana devido à precariedade dos sistemas públicos de água, esgotos, vias e transportes. Essa área foi ocupada pela população de baixa renda.

A produção de áreas diferenciadas pela qualificação urbana, é, segundo Castells, a *"estratificação urbana correspondendo ao sistema de estratificação social"* (1982, p. 210) É também, segundo Lojkine, a *"expressão da divisão material e intelectual do trabalho, que resume a contradição entre a exigência do desenvolvimento do trabalho e a acumulação capitalista, e que tende a restringir ao máximo o desenvolvimento do trabalho"* (Lojkine, 1981, p. 321)

Essa segregação urbana, segundo Lojkine, é operada pela renda fundiária urbana (1981, p. 166), que engendra a distribuição desigual das habitações, o subequipamento dos bairros dos trabalhadores e a crise dos transportes coletivos (Lojkine, 1981, p. 222), e que destina às áreas de menor renda diferencial aos guetos urbanos (Harvey, 1980) e, pelo menos em São Paulo, às classes operárias. (Bonduki e Rolnik, 1979)

Assim, considerando a preparação (para urbanização) da área contígua à área urbanizada, a baixa qualificação dessa área, e a destinação das áreas menos qualificadas à população pobre, era inevitável sua ocupação pela população de baixa renda, já que sua menor qualificação afastava outros estratos sociais.

A ocupação dessa área pela população mais pobre é predatória para os mananciais, pela carência generalizada de equipamentos e serviços urbanos — é território de baixa qualificação urbana; pelas dimensões reduzidas dos lotes — para serem acessíveis à população de baixa renda; e pela impossibilidade dessa população autofinanciar as condições de preservação do ambiente.

### **O efeito sobre a área urbanizada**

O efeito da política pública de proteção dos mananciais, sobre a área urbanizada foi transferir os encargos da proteção aos proprietários e usuários da área protegida.

De fato, a disciplina de uso do solo, predominantemente com restrições à urbanização e à edificação, reduz as possibilidades de aproveitamento das propriedades urbanizáveis e urbanizadas, impedindo a valorização e frustrando expectativas de lucro imobiliário.

O grau de conflito entre os interessados na proteção dos mananciais e os proprietários e usuários da área preservada, é determinado pela intensidade da desvalorização imobiliária, que por sua vez é decorrência da intensidade das restrições impostas ao uso e à ocupação do solo. Ou seja, o conflito na proteção dos mananciais não é apenas uma decorrência da proteção, mas é também decorrência do modo de proteção adotado.

Nas áreas de maior restrição, as áreas de primeira categoria, que correspondem às faixas marginais aos corpos de água protegidos, às matas e todas as formas de vegetação primitiva, e aos declives superiores a 60%, a política pública de proteção dos mananciais pretende impedir o uso urbano e obrigar seus proprietários a preservar a vegetação nelas existente sem qualquer utilidade para eles. Seu efeito é a desocupação das áreas de primeira categoria, expondo-as às invasões, bem como a destruição das matas, na expectativa de descaracterizar a restrição, apesar das bonificações pela sua preservação, pelo efeito irrisório das bonificações.

Nas áreas de menor restrição, as áreas de categoria classe "A" que correspondem às áreas já urbanizadas por ocasião da promulgação da legislação dos mananciais, a política pública de proteção dos mananciais estabelece restrições urbanísticas predominantemente compatíveis com os padrões da periferia. Seu efeito é a ocupação dessas áreas, segundo padrões de ocupação correntes na periferia metropolitana, aceitos pela legislação de proteção dos mananciais.

Nas demais áreas, áreas de segunda categoria classes "B" e "C" que correspondem à maior parte da área protegida, a política pública de proteção dos mananciais estabelece restrições urbanísticas muito exigentes relativamente aos padrões da área urbanizada. O efeito do discurso e do instrumental foi o descontrole da expansão urbana das áreas de segunda categoria classes "B" e "C" nas imediações das áreas já urbanizadas — inclusive o entorno dos mananciais protegidos, e a dos loteamentos preexistentes à legislação de proteção dos mananciais.

## Conclusão

O discurso da proteção da qualidade das águas através da disciplina das atividades humanas nas áreas adjacentes aos mananciais protegidos, e seu instrumental de desqualificação dessas áreas para fins urbanos, não foram suficientes para conter a expansão urbana no entorno da área já urbanizada.

Isto ocorreu, principalmente, pelo instrumental de intervenção desconsiderar a prévia preparação para urbanização da faixa contígua à área urbanizada, sua baixa qualificação, e sua destinação à população de baixa renda.

Nesse contexto não é simplesmente a atividade humana que determina "o regime quantitativo e qualitativo da água drenada e, por consequência quantidade e qualidade da água do manancial" (São Paulo, Assembléia Legislativa, 1976), como pretende o discurso da proteção dos mananciais, mas, principalmente, a forma como essa atividade humana ocorre.

Também não é a urbanização que conduzirá "a inutilização das disponibilidades restantes e comprometerá os esquemas de reversão previstos" (São Paulo, Assembléia Legislativa, 1975), como pretende o discurso da proteção dos mananciais, mas, principalmente a forma com que essa urbanização ocorre.

Assim, não é qualquer atividade humana que depreda o meio ambiente, nem é qualquer urbanização a origem dos problemas de meio ambiente. É preciso referenciar os danos causados ao meio ambiente, é preciso "articulá-los com os diferentes processos da estrutura social" que os produzem. (Castells, 1983, p. 236)

É preciso reconhecer que diferentes formas de urbanização têm diferente impacto sobre o meio ambiente, e que essas formas são determinadas pela qualificação urbana das áreas.

Ou seja, se a sociedade e o poder público provesses áreas melhor qualificadas para assentamento da população mais pobre; e provesses melhor qualificação das áreas urbanas preservadas, teríamos muito menos a temer em termos de impacto sobre o meio ambiente e de poluição dos mananciais.

## Bibliografia

- BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, H. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- CASTELLS. Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CÉSAR, Roberto Cerqueira et al. *Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75*. São Paulo, 1975, mimeo.
- HARVEY. David. *A Justiça social e a cidade*. São Paulo: Hugitec, 1980.
- LOJKINE, Jean. Contribution à une théorie Marxiste de l'urbanisation Capitaliste. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: PUF L11 (1972).
- . *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- SAGMACS, Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais. *Aglomeramento metropolitana*. São Paulo, 1958.
- SÃO PAULO (Assembléia Legislativa). *Projeto de lei 241/75*. São Paulo, 1975
- . *Projeto de lei 314/76*. São Paulo, 1976.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. *Plano metropolitano de desenvolvimento*. São Paulo, 1985.

SÓCRATES, Jodete Rios, GROSTEIN, Marta Dora, TANAKA, Marta Soban. A cidade invade as águas: qual a questão dos mananciais? *Sinopses*. São Paulo: FAUUSP, 1985, Edição especial.

# Esquizópolis<sup>1</sup>

**Isaías de Carvalho Santos Neto**

## **Resumo**

"Esquizópolis", expressão que titula este artigo foi inicialmente cunhada para caracterizar a situação de Salvador, BA, como cidade dividida, convivendo com duas formas de desenho urbano e arquitetônico resultantes da polaridade cidade nova/cidade velha. Este conceito aqui se expande para uma leitura mais abrangente. Nestes termos, alcança a possibilidade de compreensão das dualidades contidas em outras instâncias mais próximas das mentalidades, que explicam a interpretação feita para questões das origens e desenvolvimento do modernismo na arquitetura e no urbanismo contemporâneos.

*Artigo elaborado com base na Tese de Doutorado "Centralidade urbana e lugar — esta questão na cidade do Salvador". apresentada em setembro de 1991.*

*Orientadora: Profa. Dra. Lucrécia D'Alessio Ferrara.*

## **Abstract**

"Esquizópolis" expression that intitles this article, was at first created to point out the situation of Salvador, BA, as a divided city, living together with two urban and architetonic feature, as a result of the "polarity" between new city/old city. This concept, here, will be developed for a more extensive reading. This way, it reaches the possibility of dual understanding included in other instances nearest to the mentalites that explain the interpretation made for question of origins and development of modernism in architecture and up to date city planning.

(1) Por conta da impressão de Salvador como "cidade dividida" o arquiteto Chango Cordiviola utiliza, com o auxílio de jargão psicanalítico, o rótulo Esquizópolis. No caso deste trabalho, a idéia ultrapassa a especificidade de um lugar em busca de sua aplicação de modo abrangente.

## Introdução

Se razões acadêmicas explicam a produção deste artigo, a inspiração está muito mais próxima da linguagem do senso comum. Seria compreensível e aceitável que aqui se mostrasse mais uma etapa de desenvolvimento da pesquisa apresentada, em 1984, à seleção para a pós-graduação na FAUUSP, da qual resultou a tese *Centralidade Urbana: Espaço & Lugar*. Ali já se prenunciava a possibilidade de desdobramentos, em termos de novos estudos sobre as formas polarizadas com que se costuma enfrentar, ainda hoje, algumas questões fundamentais da cidade.

Afinal, a motivação daquele tempo foi forte indício de que a pesquisa não se restringiria apenas aos aspectos de significação que o centro urbano da capital baiana passou a ostentar, após as rupturas ocorridas em suas históricas formas, entre os anos de 1960 e 1980. Percebia-se que tais transformações foram rápidas e não coerentes com toda a lógica que costuma explicar fenômenos assemelhados em outras aglomerações urbanas. Claro que certas características da metrópole capitalista nela manifestaram-se, e pelo menos até 1965, foram aparentemente suficientes para as primeiras e apressadas interpretações do processo de expansão da área central de Salvador.

Os resultados iniciais das obras de implantação do sistema viário de fundos de vale e a ocupação da fronteira norte do perímetro urbano então existente, pareciam indicar que a estrutura em formação continuava a corresponder ao modelo de centro hierárquico esparramado sob o efeito "mancha de óleo" com comando do centro principal sobre os subcentros em relação de complementaridade, servindo aos complexos negócios e às trocas de interesses da elite — como, de resto, acontece com todo centro de cidade.

Mas foi apenas breve impressão. Poucos anos depois, com a instalação do núcleo do vale do Camarugipe, passou a funcionar a concentração de intensa atividade de escritórios, lojas, mercados e *shoppings* que não só polariza hoje grandes zonas residenciais contíguas como também foi alçada a nível simbólico de novo centro ou de centro moderno, parte integrante do rompimento com a histórica centralidade.

Embora esta nova dinâmica possa ser explicada do ponto de vista funcional, com certeza ela não explica e não corresponde às previsões contidas nos planos e decorrentes leis vigentes à época. E, mais que isso, a tentativa de substituição de um centro velho por um centro novo encontrou resistências também não esperadas nos projetos de reforma, ainda que tenham sido sustentados por grandes investimentos publicitários e insistentes discursos em favor da "modernidade"

Se, de um lado, o velho centro da cidade teve reduzido o seu poder de atração, provocado pela saída de órgãos públicos, de escritórios e serviços típicos de áreas centrais, e se as mudanças no sistema de transportes coletivos confundiram a noção de lugar central, ajudando a compor tal desajuste sob o quadro de aparente "decadência" há que se reconhecer, por outro lado, que o novo lugar não chegou a se firmar como efetivamente central.

Esta é uma das contradições que sugerem a continuidade da pesquisa, agora voltada para algo mais transcendental, mais próximo das instâncias das mentalidades que sustentam simultaneamente a postura de aparente rejeição aos resultados da novidade e de encantamento, quase voluptuosa sedução, pela não-continuidade, pela existência dos pólos e pela manutenção do confronto estético e da convivência dos contrastes.

Ante tal circunstância, a cidade de Salvador parece conviver satisfeita com a incomum e conceitualmente difícil possibilidade de ter dois centros urbanos<sup>2</sup>. A esta impressão juntou-se a imagem — oficialmente produzida e preparada para consumo — de "área congelada"<sup>3</sup>, determinada pelo uso da expressão Centro Histórico para designar parte do velho setor central.

Observe-se que, para a sustentação dos emblemas de centralidade utilizados no início dos anos 70, não se adotou a perspectiva da continuidade, até porque seria incoerente do ponto de vista territorial. Nem a idéia de transferência ou substituição, que implicaria o deslocamento de todos os seus atributos — desejáveis ou não — sobretudo aqueles que o identificam com o lugar menos segregado da cidade.

Para a sustentação da dualidade, nada mais foi feito que se usar a idéia de ser o novo lugar central um "dado" facilmente transportável e independente da dinâmica urbana que, por definição de seu histórico papel, deve comandar. E, de outra parte, o rótulo escolhido para a parte antiga entrou também como "dado" para ajudar a compor a polaridade e para indicar que a lógica dos contrários é mesmo parte da cultura soteropolitana de tal modo que, sem ela, começo a acreditar, torna-se difícil a sua leitura. É dessa convivência com a dualidade, e não da cidade dualista, que o texto passará a tratar a partir de agora.

## De Gustav Mahler a Carlinhos Brown

Se a motivação apenas vislumbra, é a inspiração sugada de matérias do cotidiano dos jornais que indica os pontos mais precisos para compreensão dessa questão. A partir da interpretação de reportagens e artigos recentes publicados em Salvador, percebe-se quanto está encarnada em nós a convivência em pólos opostos.

Em 14 de novembro de 1992, o jornal *A Tarde* publicou no "Caderno Cultural" artigo do jornalista Marcos Uzel<sup>4</sup> sob o título "A Bahia Cultural dos Anos 50/60". Entre outras polaridades descritas, o texto mostra que, na época em que a capital baiana parecia se encantar com o tradicionalismo dos valores cívicos revigorados em 1949 — mais adiante se verá detalhes desses episódios —, uma instituição de natureza elitista e comando autoritário, que acabara de ser fundada, iria revolucionar os costumes.

No seu artigo, Uzel aponta as qualidades mais notáveis daquele movimento renovador: *"Uma Bahia de olhos abertos para a modernidade caracterizou os anos 50 e 60 com uma intensa produção criativa no mundo das artes"* indicando também o responsável: *"...a Universidade da Bahia (hoje Federal), sob o comando do reitor Edgard Santos, abria caminhos para o patrocínio de uma nova linguagem no campo das artes"*.

Na ambição de transformar a Bahia em grande centro cultural, o reitor criou as Escolas de Dança (Yanka Rudzka), Escola de Teatro (Martim Gonçalves) e os Seminários Livres de Música (Hans Koellreuter). Entretanto e na contramão dessa renovação foi mantida rígida estrutura de poder, como bem demonstra a penosa e longa luta pela criação da Faculdade de Arquitetura que afinal, somente em 1959, consegue tornar-se autônoma em relação à Escola de Belas Artes.

Passados quase quarenta anos dos primeiros momentos de renovação cultural, o carnaval soteropolitano torna-se, com a liderança de Daniela Mercury,

(2) É pouco provável a existência de dois centros urbanos, do ponto de vista da compreensão de cidade enquanto estrutura. Entretanto, isso ocorre no plano do senso comum.

(3) A expressão "congelamento" foi utilizada pela socióloga Maria de Azevedo Brandão para definir a proposta imobilista de centro urbano sujeito a fortes restrições de uso.

(4) Marcos Uzel é jornalista. As informações contidas no texto fazem parte de pesquisa em andamento.

destaque nacional na imprensa, nas coberturas feitas por duas redes de televisão e duas revistas semanais<sup>5</sup> Em artigo publicado no "Caderno 2" de *A Tarde* do dia 14.04.1993, Naia Alban Suarez<sup>6</sup> diz que *"a força cultural baiana não surge do academicismo de sua intelectualidade, mas sim de sua periferia borbulhante"* ao tratar o que ela considera no ensaio "Impermanência de memória" como mobilidade cultural.

O fenômeno Daniela Mercury, empurrado pelo sucesso que a mística da música baiana carrega, explica-se menos pelo suposto gênero — que nada tem de Axé — e mais por resultar como produto de velhas sementes. Caetano Veloso em "Beleza Pura" faz homenagem ao Ilê Aiê, ao Badauê, aos Filhos de Gandhi, à "moça preta do Curuzu"<sup>7</sup> enquanto reconhece não saber o que dele seria sem a oportunidade de acompanhar os movimentos dos "Seminários"

A "Timbalada" de Carlinhos Brown, sucesso também no mesmo carnaval, não passa da redescoberta de antigo instrumento de percussão na reciclagem permanente de uma mutação, que tanto fez o citado Caetano criar "Fora da Ordem", quanto os blocos Afros se apropriarem do centro da cidade em 1974, como contraponto do abandono do lugar pelas elites fascinadas com a "modernidade" do novo pólo, no vale do Camarugipe.

## Passado e Futuro

O abandono pelas elites das velhas formas de centralidade, na época em que se concluíam as primeiras obras do Centro Administrativo da Bahia na zona de expansão da cidade, foi estimulado pela propaganda que utilizou à exaustão o elogio ao novo lugar e a inevitável redução do antigo centro à condição de traste sem perspectiva. Futuro, progresso, moderno, tudo o que pudesse ser utilizado foi dito em favor do rompimento das conhecidas formas de organização porque era preciso institucionalizar a cidade da era desenvolvimentista que correspondia ao tempo político de então.

Cabia aos organismos de planejamento oficial decidirem sobre o que seria novo e sobre o que seria velho, sobre o que seria histórico e sobre o que não seria histórico. Ainda que os centros de cidade tenham as suas trajetórias marcadas pela idéia de lugar de uso comum, segundo esta nova forma de planejar isto não seria atributo suficiente.

Toda cidade tem um centro histórico porque assim é todo centro urbano. Pensar de outra forma implica que alguns têm e outros não têm história, implica transformar a noção substantiva de História em mera adjetivação sujeita à distribuição da expressão Centro Histórico por critérios subjetivos e certamente preconceituosos.

Não sendo o Centro Histórico uma condição essencial — porque se assim fosse seria de todos e não de alguns —, a sua existência passa a ser concessão outorgada arbitrariamente e com a força de mesmo argumento que "explica" o não-centro histórico, isto é, o novo. Foi dessa divisão territorial que nasceu a justificativa para as bases da legislação urbanística vigente a partir de 1972.

O Código de Urbanismo e Obras da Cidade de Salvador que entrou em vigor naquele ano — Lei Municipal n. 2.403 — atuou sobre a antiga área central introduzindo limites territoriais às zonas consideradas de preservação, e retirando dali a permissão para diversos tipos de usos característicos de centro de

(5) Duas redes de televisão: a Manchete e a Bandeirantes; e as revistas *VEJA* (edição de 24.02.93) e *ISTO É* (edição de 17.02.93). A revista *VEJA* apresenta o percussionista Carlinhos Brown como o "Karajan do Recôncavo"

(6) Naia Alban Suarez é arquiteta pela UFBA, concluindo doutorado na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid.

(7) Pero Vaz, Curuzu, bairro Guarani, Lapinha e Largo do Tanque formam o bairro da Liberdade. O nome deste bairro deriva de se ter atribuído a antigo caminho de boiada, por onde passaram as tropas vitoriosas em Pirajá no retorno festivo à Salvador, em 1823, a homenagem de transformá-lo em Estrada da Liberdade. É um dos mais populosos bairros da cidade e o mais antigo subcentro urbano de Salvador.

cidade, ao mesmo tempo em que adotava uma política permissiva para as áreas de expansão.

Lançava-se assim as bases do que se pode entender como urbanismo teológico, em que se dividia a cidade nas zonas de pecado e de virtude. Para a virtude, entendida como a velha e conhecida forma de organização espacial, aos cuidados de rigorosa legislação, tratava-se de preservar a memória e todos os traços do passado que ela pudesse representar, como se por encanto ela, memória, pudesse desaparecer da parte nova.

Para a zona de pecado, restava a permissividade, onde completa tolerância sustentava a ruptura em relação ao velho desenho e aos elementos plásticos definidores das massas arquitetônicas. Por ser zona de pecado não poderia mesmo ter qualquer tipo de regulamentação: o pecado proíbe-se, jamais regula-se porque assim deixa de ser pecado. Não era o presente, mas o futuro e o passado que importavam como símbolos, exatamente por serem símbolos, por serem arbitrários, por não terem pactos com qualquer forma de permanência.

Nas obras de implantação do centro administrativo, uma frase colocada em imenso *out-door* expressava bem essa polaridade: "Aqui a Bahia constrói o seu futuro sem destruir o seu passado" Vinte anos depois, a dualidade retorna triunfante.

A manchete do jornal *A Tarde* na edição de 31.03.1993 apresenta a reportagem sobre a inauguração das obras de recuperação de parte do conjunto Pelourinho, afirmando: "Cidade Tem De Volta Seu Centro Histórico" No corpo da matéria está dito que "reconstruído e multicolorido, o Pelourinho foi ontem 'rebatizado', com a inauguração da primeira etapa das obras de recuperação do Centro Histórico(...)" Marcada para às 16 horas, a inauguração só começou 50 minutos depois, quando o governador descerrou placa com a inscrição: "O futuro pertence a quem sabe amar o seu passado"

Trata-se de mais um capítulo de uma longa história em que se manifesta o discurso sobre as obras mais significativas dos governos. O confronto entre o novo e o velho esteve presente nos projetos de reforma urbana de Seabra, no início do século, e as propostas apresentadas durante a Semana de Urbanismo de 1935, ao mesmo tempo em que acentuavam a centralidade, introduziam projetos de reestruturação que contrariavam os primeiros propósitos.

Os mesmos dilemas foram vividos durante os trabalhos do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador/EPUCS, nos anos 40. O modelo EPUCS, visto por Bruand como "urbanismo ao mesmo tempo conservador e audacioso" foi inspirado na Carta de Atenas, de nítida lógica racionalista e resultado de clara polaridade, aliás essencial aos primórdios da arquitetura moderna<sup>8</sup> O EPUCS teve ainda que conviver com o personalismo de Mangabeira (1947-1951), governador que autorizou a construção da avenida que leva o seu nome entre os limites da zona urbana do plano EPUCS e o povoado de Itapuã, sem compromissos com o desenho rádio-concêntrico do projeto.

Ainda no governo Mangabeira, duas obras distintas acentuaram a conciliação dos contrários: o Fórum Ruy Barbosa e o Hotel da Bahia. O primeiro, de estilo supostamente neoclássico — se é que há mesmo neoclássico na arquitetura baiana —, muito ao gosto dos que convivem com os princípios do Direito Romano, pertence ao rol das providências a favor dos tradicionalistas. O segundo, representa um dos arrojados projetos da época, de linhas tipicamente modernistas, cuja recente reforma e ampliação mutilou-o por completo.

(8) Logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, Walter Gropius funda a Staatliches Bauhaus reunindo um expressivo corpo de colaboradores, enquanto Le Corbusier funda, também em 1919, em companhia do pintor Ozenfant, um movimento purista, ao tempo em que dirige a revista *L'Esprit Nouveau*.

Duas obras que mostram a atmosfera daqueles tempos. Em 29 de março de 1949, durante as comemorações do quarto-centenário de fundação da cidade, civismo e tradição foram os pontos altos da festa. A inauguração do fórum e o traslado dos despojos de Ruy Barbosa até sua cripta foram vistos como a "maior procissão cívica de todos os tempos da metrópole quadrissecular"

Enquanto isso acontecia para gáudio dos tradicionalistas, os defensores do vanguardismo nada tinham do que se queixar: a modernidade do Hotel da Bahia se consagrava na primeira exposição coletiva de arte moderna, quando publicamente se rompeu com o domínio da estética acadêmica. O mesmo hotel foi também pioneiro com o Baile do Galo Vermelho, festa pré-carnavalesca de grande sucesso e que não se realiza mais.

## Uma Provocação

As aparentes contradições vistas até aqui não são originais, nem baianas. Idêntico contraste mostrou a ação de Gustavo Capanema que, quando ministro no governo Vargas, adotou com o apoio sobretudo de Mario de Andrade e de Rodrigo M. F. de Andrade posição de vanguarda e de tradição. O mineiro Capanema já se mostrara fiel à causa modernista, sendo dela defensor desde 1920 em Minas Gerais.

Segundo Bruand, foi uma decisão pessoal de Capanema<sup>9</sup> que permitiu a Lúcio Costa produzir um dos marcos de maturidade da arquitetura modernista brasileira, com o projeto para a sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro. O concurso, realizado em 1935, fora ganho por Archimedes Memória com um projeto acadêmico "decorado em estilo marajoara" enquanto os de tendência renovadora eram rejeitados.

Graças a esse gesto, o Brasil tem hoje no Palácio da Cultura um dos seus valores arquitetônicos mais expressivos e tem também, por obra de Capanema e dos mesmos Melo Franco e Andrade, a garantia de proteção ao acervo cultural, assegurada com a vigência da Constituição Federal de 1934 e regulamentada pelo Decreto-lei de 13 de abril de 1936, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/IBPC.

Capanema, talvez sem saber, apenas repetia uma velha tendência que nem mesmo arranjos políticos mais audaciosos conseguem superar. Na França, o Louvre é rico em dualidades. A começar do ato de sua instalação como museu público, resultado da vontade do governo republicano e identificado como propriedade nacional e valor revolucionário. Ou seja: uma ação de caráter renovador para criar um equipamento destinado a armazenar, catalogar e promover a informação sobre tudo aquilo produzido pelo ser humano.

O mesmo Louvre nos oferece outra mostra das suas dualidades, naquilo que tem de mais significativo: quase duzentos anos depois de sua criação, surge a construção da pirâmide, onde a simplicidade das formas do projeto de Pei mostra que além, muito além dos propósitos de ser um tributo de Mitterrand ao poder socialista está a retomada de valores do protomodernismo de Boullée e Ledoux<sup>10</sup>

Mas são os princípios da arquitetura moderna contidos nos documentos dos CIAMs que costumam representar o marco inicial da fase acadêmica do modernismo. Até então, os diferentes trabalhos produzidos, representativos de distintas concepções teóricas não são considerados, seja pela época em que

(9) BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. (L'architecture au Brésil). Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 81.

A propósito: a profa. Dra. Odete Dourado (História e Teoria da Conservação e do Restauro na UFBA) vê traços de semelhança entre G. Capanema e E. Santos. Segundo ela, portavam-se como "déspotas iluminados". É dela a observação de que o Brasil possui, graças também a uma decisão pessoal de Capanema, uma das mais belas e importantes sedes de embaixada na cidade de Roma

(10) A importância destes dois arquitetos franceses pode ser vista naquilo que sobre eles escreveu:

COLLINS, Peter. *Los ideales de la Arquitectura Moderna: su evolución. 1750-1950*. London, 1965, Trad. Ignacio de Solá Morales Rubió. Barcelona: Gustavo Gili, 1970

aconteceram, seja pela falta de unidade entre eles, seja pela eventual herança romântica e neoclássica que a teoria arquitetural ainda sustentava, oriunda dos cânones das Escolas de Belas Artes.

Sabe-se que a criação dos CIAMs não teve inicialmente o propósito de resolver essa questão conceitual, porque o motivo que mais contribuiu surgiu no Concurso Internacional de Arquitetura, promovido em 1927 para a seleção de anteprojeto destinado a informar a elaboração de projeto definitivo do palácio da Sociedade das Nações, a ser edificado em Genebra, às margens do Lago Lemau.

Como se sabe, o concurso teve um desfecho de choque entre vanguardistas e academicistas, cujos resultados permitiram a campanha de renovação da arquitetura promovida por Le Corbusier, na França; Giedion, na Suíça; Mies Van der Rohe, na Holanda; Gropius, na Alemanha, entre outros. Entretanto ao contrário do que pensava, sobretudo Le Corbusier, não seria tão fácil assim se livrar das influências acadêmicas entre os seus próprios intérpretes.

Para Admar Guimarães, a dualidade jamais deixou de ser presente, como se pode notar do seu próprio texto que trata da realização do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna/CIAM, quando diz que os congressistas, ao chegarem a Atenas, assistiram o momento de preponderância dos critérios de Le Corbusier e dos arquitetos franceses sobre os dos "realistas alemães" culminando no documento de conclusões que toma o nome de Carta de Atenas, segundo ele, como "uma significativa homenagem à cidade legendária onde floresceu, à sombra austera do Parthenon, a mais bela civilização do mundo antigo"<sup>11</sup>

A analogia pretendida — a proposta da cidade para todos sob a égide da universalidade da cultura grega — indica a presença da dualidade também vista por Hatje. Para este, "o cruzeiro pelo Mediterrâneo, longe da tensa situação política, como da realidade da Europa industrial, acabou por se plasmar num documento muito olímpico e retórico" utilizando também simbologia de inspiração helênica em discurso de vanguarda para sustentar aquilo que deveria ter vigência e aplicação universais<sup>12</sup>

Segundo Benevolo, é compreensível que naquele momento a urbanística dos CIAMs fosse proposta em termos gerais, "abstratos e quase irônicos" exatamente num momento em que até se duvidava da capacidade dos homens conviverem socialmente, ante a impossibilidade de melhorar o urbanismo vigente e a certeza de se vislumbrar a possibilidade de enunciar de forma utópica um outro revolucionário e sem compromisso com as forças dominantes<sup>13</sup>

## Do Sonho ao Pesadelo

O fato de a arquitetura contar em seu jargão o termo "Partido" já demonstra a inquietante característica desta singular atividade, pelo permanente ir-e-vir entre os planos do imaginário e da realidade. O urbanismo utópico sugerido por Benevolo pressupõe ambigüidades, tal e qual entende Vittorio Gregotti, mas à sua maneira. Para este, há que se entender as distinções entre modelo e utopia, ou melhor, entre modelo e projeto utópico: "tem-se o projeto utópico como não realizável; não permaneceu no papel por equívoco, mas por decisão projetual. Dispõe-se como esquema espacial numa sociedade impossível enquanto suspende e projeta a realidade num universo a-histórico, e, no entanto, indica (quando não é refúgio contra a vida) de modo iluminador uma direção de transformação"

(11) GUIMARÃES, Admar. *A Carta de Atenas (Urbanismo dos CIAM) Introdução e notas*. (La Charte d'Athenas — Paris Plon, 1943) Salvador, D.E. da Escola de Belas Artes da UFBA, 1955 p. XV.

(12) HATJE, Gerd. *Diccionario ilustrado de la arquitectura contemporanea* 2 ed. Barcelona Gustavo Gili. p. 79.

(13) BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna* (Storia dell'Architettura Moderna. Laterza). Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 513.

Na outra ponta da dualidade, o mesmo Gregotti mostra que o modelo há que estar necessariamente apto a se "conectar diretamente com a materialidade projetual; vale dizer, constringe a utopia a integrar-se na especificidade das disciplinas, a reentrar na dialética histórica, a converter-se em pesquisa e hipótese de trabalho" Se assim é, esta particular forma de ambigüidade não parece ser própria do modernismo, ainda que este tenha se utilizado das possibilidades de se pretender utópico<sup>14</sup>

No caderno "Idéias-Livros", do *Jornal do Brasil*, edição de 17.04.93, está publicada a crítica a dois livros recentemente lançados: "Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles" de Mike Davis; e "a cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia", de James Holston. O título do artigo é "Infernos urbanos do planalto ao pacífico"<sup>15</sup> e o texto fala em "estranha transformação destas duas utopias urbanas em assustadoras distopias pós-modernas".

Mais do que nunca, os arquitetos, que parecem escrever e ler cada vez menos, necessitam, urgentemente, no mínimo, discutir. A cidade de Salvador se prepara para retomar a qualquer momento os trabalhos de planejamento com a perspectiva de montagem dos Termos de Referência, para revisão e atualização do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. O artigo citado diz que Holston sugere o planejamento como "dialética de provocações entre futuros alternativos e condições existentes" E conclui, mais adiante: "o fracasso da utopia brasiliense significa não só o fim do mito da cidade modernista como modelo de novas práticas sociais"

Não teria chegado a hora de reinventarmos a roda?

(14) GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. (Il Territorio dell'Architettura. Feltrinelli, 1972). Trad. Berta Waldman-Villá e Joan Villá. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 19-21.

(15) Inferno e pacífico, em mais uma dualidade que o título do artigo não conseguiu evitar.

# Aspectos e Problemas da Paisagem no Desenho da Pequena e Média Cidade no Estado de São Paulo

**Paulo Celso Dornelles Del Picchia**

## **Resumo**

Aborda aspectos e problemas do desenho da paisagem das cidades pequenas e médias no estado de São Paulo baseando-se no exemplo das cidades de Brodowski, Batatais e Franca. Constata que a arquitetura paisagística foi inicialmente praticada por especialistas, destacando a presença da topiaria no desenho dos jardins. Mostra aspectos do desenho urbano e salienta a sua fragilidade diante dos processos de crescimento e mudanças urbanas. Alerta para a necessidade de um profissional especializado nos desenhos urbanos e da paisagem.

## **Abstract**

It brings up aspects and problems of landscape design in small and medium size towns in the state of São Paulo, taking as examples the towns of Brodowski, Batatais and Franca. It shows that landscape architecture in these towns was at first executed by specialists, emphasizing its fragility in facing urban growth and change. It emphasizes the need for a professional specialist on urban and landscape design.

*Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado "Brodowski", apresentada em agosto de 1991.*

*Orientador: Prof. Dr. Eduardo Corona.*

## Introdução

Ao elaborarmos a nossa dissertação de mestrado "Brodowski, Batatais e Franca: análise da paisagem urbana" (Del Picchia, 1991), pudemos visualizar uma série de aspectos da paisagem urbana e também identificar uma série de problemas no desenho dessas cidades.

## A Cidade como uma Colcha de Retalhos

Batatais e Franca são cidades que surgiram como pousos ao longo do caminho dos Guayases, meio de penetração no interior do Brasil desde os tempos coloniais, aberto no processo de interiorização da colonização do Brasil na procura de riquezas e minerais preciosos. Brodowski, ao contrário, originou-se do avanço da ferrovia no período da cultura cafeeira. Apesar dessa diferença, as três cidades guardam as características da urbanização do período cafeeiro, o que as aproxima, como desenho urbano, das outras cidades paulistas surgidas no mesmo período.

Se apreciarmos os mapas dessas cidades veremos que a malha viária em tabuleiro de xadrez do núcleo inicial foram se acrescentando outros quadriculados, que para melhor aproveitamento em lotes foram seguindo a orientação das bordas das glebas rurais, que com o desenvolvimento dessas cidades foram se incorporando ao tecido urbano, orientação essa diversa da do núcleo inicial. Isto levou à formação de uma colcha de retalhos, retalhos que ficam bastante evidentes nos mapas dessas cidades graças à diferente orientação do traçado das ruas dos diversos tabuleiros de xadrez em que se constituem os novos loteamentos. (Saia, 1972, p. 202)

Essa forma de desenho urbano, por um lado, trouxe problemas funcionais, criando ruas de declividade acentuada, dificultando o aproveitamento do lote, causando problemas de erosão acentuada; por outro lado, na nossa dissertação demonstramos que a junção desses tabuleiros de xadrez favoreceu o aparecimento de qualidades plásticas na forma urbana, que seriam muito difíceis de serem criadas num traçado de ruas que se cruzam ortogonalmente, com casario monótono construído no alinhamento da rua, como acontece o mais das vezes nessas cidades. Essa junção irregular dos tabuleiros de xadrez dos loteamentos, aliada à topografia, criou condições de quebrar a monotonia do desenho urbano, dando aspectos individualizadores a um tecido urbano de outro modo pouco diversificado.

## Fragilidade do Desenho Urbano

No momento em que o urbanismo passou a preocupar-se com a memória urbana, a preservação da paisagem urbana deve constituir-se numa preocupação do urbanismo. O que vemos entre nós é um despreparo no que se refere à paisagem urbana. Já conseguimos tombar edifícios, mas criamos dispositivos puramente burocráticos para tombar os arredores desses edifícios. Não temos procedimentos de trabalho para avaliar o caráter da paisagem urbana e, assim, ter os elementos necessários para gerenciar o crescimento de nossas cidades preservando a paisagem. A cidade de Berlim, na Alemanha, tem entre os mapas de seu *Umweltatlas* (sistema informatizado inteligente de dados ambientais), um mapa intitulado *Stadtbild* (Paisagem Urbana), pelo qual se pode

reconhecer o caráter da paisagem de cada pedaço da cidade. (Stellpflug et al., 1985)

Os nossos planos diretores urbanos são pensados bidimensionalmente. Em nossa dissertação constatamos a influência da topografia na caracterização da paisagem urbana, na determinação de marcos da paisagem, na constituição de panoramas. Notamos, também, a fragilidade da paisagem diante da indiscriminada verticalização que se inicia em nossas cidades e que em São Paulo, a capital, já levou a uma total descaracterização da paisagem urbana, destruindo marcos e referências tradicionais da cidade, de modo que hoje é difícil orientar-se na cidade.

George R. Collins e Christiane Crasemann Collins (Collins, Collins, 1965) comentando a obra de Camillo Sitte (Sitte, 1983) dizem: "Ele recomendou com insistência o uso do *Bebauungsplan* (que chamou de *Verbauungsplan*), isto é, uma planta da cidade concebida em três dimensões, mostrando a elevação dos prédios que estão para ser edificados nos terrenos. O *Bebauungsplan* conseqüentemente tornou-se a base para uma rigorosa e mais detalhada regulamentação da construção, especialmente tendo-se em vista o zoneamento por altura; daí os planejadores alemães tornarem-se cada vez mais interessados em seu uso nos anos 1890." (Collins, Collins, 1965, p. 17) Entre nós já se elaborou esse tipo de plano no desenho urbano como podemos constatar pelos desenhos que encontramos no livro "Os Melhoramentos de São Paulo" (Prestes Maia, 1945), notadamente o projeto da avenida Anhangabaú (op. cit., fig. 94). Retomar esses procedimentos e, hoje, já com a ajuda da computação gráfica, seria de grande utilidade para que o desenvolvimento urbano não leve a uma total descaracterização de nossas cidades, transformando-as em cidades sem memória.

## O Surgimento das Áreas Verdes

Os espaços de domínio e uso comum do povo na cidade brasileira sofreram uma lenta e progressiva laicização (Marx, 1989, p. 199); os largos diante das igrejas antes reservados às festas religiosas passam ao uso profano.

Ao estudarmos Brodowski vemos que sua origem não é a do "patrimônio religioso" (Deffontaines, julho 1944) e sim constitui-se num "patrimônio leigo" (Deffontaines, julho 1944), tendo-se originado da construção de uma estação de estrada de ferro em terras de um fazendeiro de café que loteia as terras de sua fazenda junto a essa estação. Ao proceder a esse loteamento o fazendeiro já reservou duas áreas ao patrimônio público, uma junto à estação e outra em área próxima. Quando Brodowski vem a ter uma igreja (isto se dá três anos depois da fundação da cidade), esta foi construída em terreno próprio, dentro da malha urbana. (Corrêa, 1986)

As praças em Brodowski representam um novo conceito de espaço de uso público, um espaço puramente leigo, desvinculado da função religiosa. Acreditamos que elas estejam ligadas aos conceitos do urbanismo sanitário do séc. XIX, tão bem analisado e criticado por Camillo Sitte. (Sitte, 1983) Constituem um espaço para a recreação e saúde da população urbana e não mais um espaço para festas religiosas. São as primeiras áreas verdes urbanas como hoje as entendemos. Como outro exemplo poderíamos citar o Parque Público

na cidade do Rio Claro, no interior de São Paulo, cujo jardim foi projeto da firma Dierberger. (Dierberger & Cia. 1928)

## **A Cidade do Café, uma Cidade Leiga**

Em Batatais e Franca, "patrimônios religiosos" (Deffontaines, julho 1944), as praças de matriz, praça Cônego Joaquim Alves e praça N. Sra. da Conceição, são o centro da freguesia e núcleo da cidade, comprometidas por isso com o urbanismo colonial, tendo se laicizado no decorrer do tempo. Essas cidades, porém, tiveram até o princípio do séc. XIX um desenvolvimento incipiente conforme podemos perceber pelo relato de viajantes (Saint-Hilaire, *São Paulo nos tempos coloniais*, cit. por Tambellini, 1939, p. 143-144; Saint-Hilaire, *Viagem à província de São Paulo*, cit. por Chiachiri Filho, 1973 Parte A, Cap.II, "A vila"). Na segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, graças à cultura cafeeira, essas cidades se expandem e se conformam da mesma maneira que Brodowski. Se a arquitetura na segunda metade do séc. XIX sofreu mudanças graças às transformações sociais e econômicas que levaram ao surgimento do Ecletismo e a novas soluções de implantação no lote urbano, a maneira de se encarar a cidade também mudou. Não estamos mais diante do traçado hipodâmico de inspiração renascentista dos tempos coloniais (Reis Filho, 1968, p. 128), mas parece-nos sentir a influência do urbanismo racional e sanitário do séc. XIX europeu, através das ruas amplas e arborizadas, da reserva de áreas verdes (praças), do traçado urbano de motivação laica.

## **Arquitetura Paisagística**

As praças mais antigas de nossas cidades do interior são exemplos da arte paisagística corrente no princípio do séc. XX, cujos exemplos encontramos na obra de Jules Vacherot. (Vacherot, 1909) Segundo ele a arte dos jardins comporta três estilos: o primeiro é o estilo clássico ou regular (comumente chamado "jardim francês"), o segundo é o estilo romântico ou paisagista (comumente chamado "jardim inglês"), o terceiro é o estilo composto que compreende partes do estilo clássico e partes do estilo romântico em proporções iguais. Muitas das construções de jardim ilustradas por ele, como os parapeitos imitando troncos e as imitações de rochas, todas em argamassa de concreto, vamos encontrar na praça da República e no jardim da Luz na cidade de São Paulo.

Mas, o que nos chama a atenção nas praças das cidades do interior do estado de São Paulo é a presença da topiaria. Em Batatais encontramos uma praça que não podemos enquadrar no aludido "estilo francês" pois apesar de sua construção geométrica, falta-lhe um eixo de perspectiva dominante e faltam-lhe os "parterres de broderie" O trabalho de um jardineiro de origem italiana, Jorge Sandrin (Del Picchia, 1991, p. 33 e 34), paisagista ou melhor, topiário, como queriam os romanos (Gromort, 1953), com as bordaduras dos canteiros podadas de forma escalonada e a composição centrada no coreto, lembra muito os jardins do Renascimento italiano. Conforme apuramos em Batatais, Jorge Sandrin tinha uma prancheta de desenho e concebia seus jardins através de desenhos, projetos. O mesmo nos afirmou o filho de Antônio Etzel, Eduardo Etzel, em depoimento que colhemos, eu e a historiadora do Departamento de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura de São Paulo, Maria das

Graças Fontes de Almeida. Segundo Eduardo, seu pai, que foi encarregado dos jardins públicos da cidade de São Paulo (Etzel, 1982), também tinha uma prancheta de desenho onde projetava os seus jardins, afirmando-nos, ainda, que Antônio Etzel, um italiano de cidadania austríaca, natural de Trento, teria se diplomado em horticultura ou paisagismo na sua cidade natal, dizendo ter um diploma que não pudemos ver. Tudo isto parece demonstrar que esses jardineiros traziam uma sólida formação que infelizmente seus sucessores não tiveram, o que explica o abandono ou mal manejo que muitas áreas verdes no interior do estado e mesmo na capital têm tido.

## **Publicidade**

A publicidade através dos anúncios nas fachadas dos prédios sofreu um incremento nos últimos tempos com o advento de novos materiais de construção e foi favorecida, talvez, pela fragilização do gosto arquitetônico devida ao movimento moderno na arquitetura que destruiu os velhos cânones e modelos em que esta arte estava baseada, instituindo uma liberdade de projeto que foi mal apropriada pela população. Através de remanescentes de anúncios indicativos de atividades de estabelecimentos comerciais, a maioria em bandeira, de pequenas dimensões, que encontramos nas cidades que analisamos em nossa dissertação de mestrado, pudemos verificar que eles respeitavam as características arquitetônicas das edificações e jamais interferiam negativamente na paisagem urbana. O mesmo não ocorre com os anúncios mais recentes que se apõem às fachadas, encobrendo-as e descaracterizando-as esteticamente e funcionalmente.

## **Natureza e Paisagem Urbana**

Num mundo que não possibilita mais fronteiras entre a paisagem natural e a paisagem cultural, entre paisagem urbana e paisagem rural, devido à expansão da urbanização, numa região em que as conurbações são cada vez mais freqüentes, não mais podemos ficar alheios às idéias de preservação da biodiversidade em meio urbano. Constatamos a incapacidade de arquitetos e engenheiros envolvidos no desenho urbano de incorporar aos seus projetos a preservação de elementos naturais à paisagem urbana. Estamos sempre diante de projetos desnaturalizantes como canalizações de córregos, transformações de fundos de vale em avenidas, terraplenagens descaracterizadoras da topografia, avanço das cidades sobre manchas de solos férteis raros, uso de cada vez menos espécies vegetais, a maioria exóticas, com sérios prejuízos à fauna e à preservação da natureza tão seriamente ameaçada pelo avanço da urbanização.

Falta-nos a idéia do planejamento da paisagem, como o da República Federal da Alemanha, onde é feita a determinação dos potenciais da natureza, delimitando os sítios que são importantes para as espécies e biótipos, para a recreação ligada à natureza, para a regulação e regeneração do solo, água, ar e clima. O processo de planejamento da paisagem deve estabelecer metas, elaborando modelos para o desenvolvimento espacial do ponto de vista de proteção à natureza e gerenciamento da paisagem. Deve promover a avaliação do impacto dos usos do solo nos ecossistemas. Deve estabelecer programas de ação desenvolvendo medidas para evitar, reduzir, mitigar e compensar

os impactos causados pelos usos do solo existentes e propostos sobre os potenciais da natureza. (Kiemstedt, H. et al. 1990)

## Desenho Urbano não se Improvisa

No passado os profissionais que atuavam na arquitetura e no desenho urbano eram especializados, sabiam e tinham técnicas para sua ação.

No caso do chamado paisagismo, nome genérico dado no Brasil a atuações que vão desde a jardinagem até às atividades de gerenciamento e proteção à natureza (o que demonstra uma incompreensão das escalas ao se usarem os mesmos métodos e procedimentos na abordagem das diferentes escalas de trabalho), isto tem levado às distorções que apontamos. Falta um profissional competente. Não é mais possível improvisar um especialista em edificações como o engenheiro civil ou o arquiteto paisagista ou urbanista. Nem mesmo confundir o engenheiro sanitarista, capaz de monitorar os casos de poluição, com o especialista em gerenciamento da paisagem ou mesmo usar geólogos ou geógrafos para esse fim.

Um novo profissional precisa ser formado nas universidades brasileiras para as diversas atuações na construção e proteção da paisagem. O campo de trabalho é novo e apresenta desafios que as formações que apontamos acima não serão capazes de resolver. É preciso compreender que os enfoques dessas profissões são outros e que é impossível ser um *factotum*, um homem do Renascimento nos dias que correm.

## Bibliografia

- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Franca, 1973. 244p. il. Tese (Doutoramento). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca, FFCL — Franca.
- COLLINS, George R., COLLINS, Christiane Crasemann. *Camillo Sitte and the birth of modern city planning*. New York: Random House, 1965. 232 p. il.
- CORRÊA, Ariovaldo. *Brodowski: minha terra e minha gente*. 1. ed. São Paulo: Pannartz, 1986. 360 p. il.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, n. 15, v. 2, p. 299-308, jul. 1944.
- DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. *Brodowski, Batatais e Franca: análise da paisagem urbana*. São Paulo, 1991. 2v. il. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- DIERBERGER & CIA. *Arte e jardim*. São Paulo, maio 1928.
- ETZEL, Eduardo. O verde na cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 195, p. 51-76, 1982.
- GROMORT, Georges. *L'art des jardins* 2. ed. Paris: Vincent Freal et Cie., 1953. v. 1. il.
- KIEMSTEDT, H. et al. *Landscape planning in the Federal Republic of Germany*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL: A CONTRIBUIÇÃO DO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE. Hanovre, Universidade de Hanovre, junho 1990.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. 219p. il.

- PRESTES MAIA, Francisco. *Os melhoramentos de São Paulo*. 2. ed. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1945. 40p. il.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968. 235p. il.
- SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972. 311p. il.
- SITTE, Camillo. *Der Städtebau: nach seinen künstlerischen Grundsätzen, vermehrt um "Grossstadtgrün"*. Braunschweig/Wiesbaden, Friedr. Vieweg & Sohn, 1983 (Reimpressão da 4. Edição de 1909). 216p. il.
- STELLPFLUG et al. *Umweltatlas*. Berlim, Senat für Stadtentwicklung und Umwelt, 1985. 8v.
- TAMBELLINI, J. Machado. *A freguesia dos Batatais*. *Revista dos Tribunaes*. São Paulo, Empresa Graphica, 1939.
- VACHEROT, Jules. *Les Parcs et jardins au commencement du XX siècle*. Paris: Octave Doin Editeur, Librairie Agricole, 1909. 475p. il.



# Habitação em Superquadra

## Avaliação Pós-Ocupação (APO)

**Juan Antonio Zapatel**

### **Resumo**

Este artigo é um estudo sobre a apropriação dos espaços habitáveis nas primeiras superquadras construídas no Plano Piloto de Brasília. Este modelo habitacional constitui aproximadamente 80% das áreas residenciais planejadas nesta cidade.

A elaboração de um método para a avaliação pós-ocupação (APO) destas áreas, permitiu confrontar as diretrizes preliminares com a configuração atual da habitação e conhecer a natureza de transformações introduzidas, tanto no "bloco" seis pavimentos sob pilotis, como na extensão das áreas residenciais destes edifícios na superquadra.

### **Abstract**

This article presents a Post-Occupancy Evaluation (POE) research applied to the neighborhood unit of the "Superquadra". This design pattern accounts approximately for 80% of the residential areas in the Pilot Plan of the capital city of Brazil — Brasília.

The inhabitants appropriation and the transformations that occurred are studied, in order to confront the plan and reality of the "Superquadra". It is considered the transformations in the main building design pattern of the apartment block, and in the residential facilities areas, such as the local commerce and recreational areas.

*Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado "Brasília, habitação em superquadra, avaliação pós-ocupação (APO)" apresentada em dezembro de 1992.*

*Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Walbe Ornstein.*

## Introdução

O Plano Piloto de Brasília (Fig. 1, Fotos 1 e 2), concebido originalmente para uma cidade administrativa de 500 mil habitantes, apresenta após 30 anos de inauguração da cidade-capital transformações comuns a todas as nossas grandes cidades.

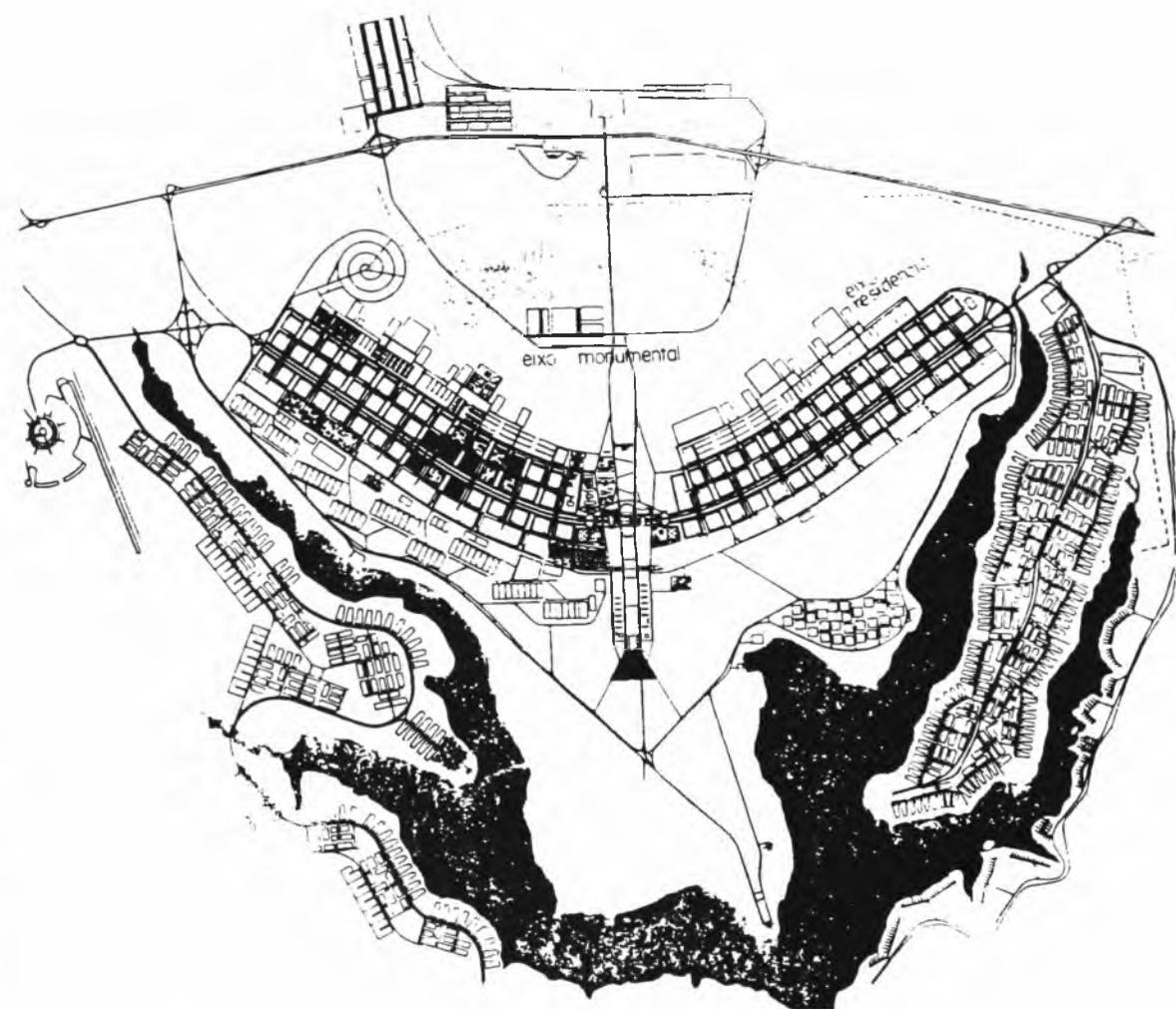
Entretanto, em Brasília, pela condição de cidade planejada, algumas transformações podem ser evidenciadas de forma mais abrangente, enquanto outras de forma particular, comparando-se estudos relativos à configuração atual da cidade, com as diretrizes preliminares concebidas por Lúcio Costa, na proposta vencedora do concurso do Plano Piloto de Brasília, em 1958.

Dentro desta ótica, este artigo relata as transformações e formas de ocupação decorrentes da apropriação dos espaços habitáveis pelos moradores nas superquadras mais antigas, principalmente aquelas ocorridas nos primeiros blocos habitacionais construídos na Asa Sul, nas SQS 108, 107, 106, 208, 206, 304.

Foram estudados dez edifícios nestas quadras, construídos a partir de um projeto padrão elaborado por Oscar Niemeyer. Estes prédios são representativos de uma tipologia que se constitui em modelo adotado para a maioria das superquadras construídas nas décadas de 60, 70 e 80.

Inicialmente, tendo em vista a concepção da superquadra no contexto de significativas experiências modernas de planejamento habitacional coletivo,

Fig. 1  
Plano Piloto de Brasília



■ 195 Superquadras construídas 304, 208, 207, 206, 108, 106 sul

Foto 1  
Eixo Monumental



Foto 2  
Eixo Rodoviário – residencial



foram analisados os pressupostos racionalistas neste campo e as diretrizes de projeto que orientaram a proposta de Lúcio Costa.

Os estudos de caráter histórico-metodológico visaram estabelecer um quadro de referência teórico-conceitual e o delineamento de um método de avaliação Pós-Ocupação (APO) específico para a análise integrada entre moradia, serviços e equipamentos públicos coletivos.

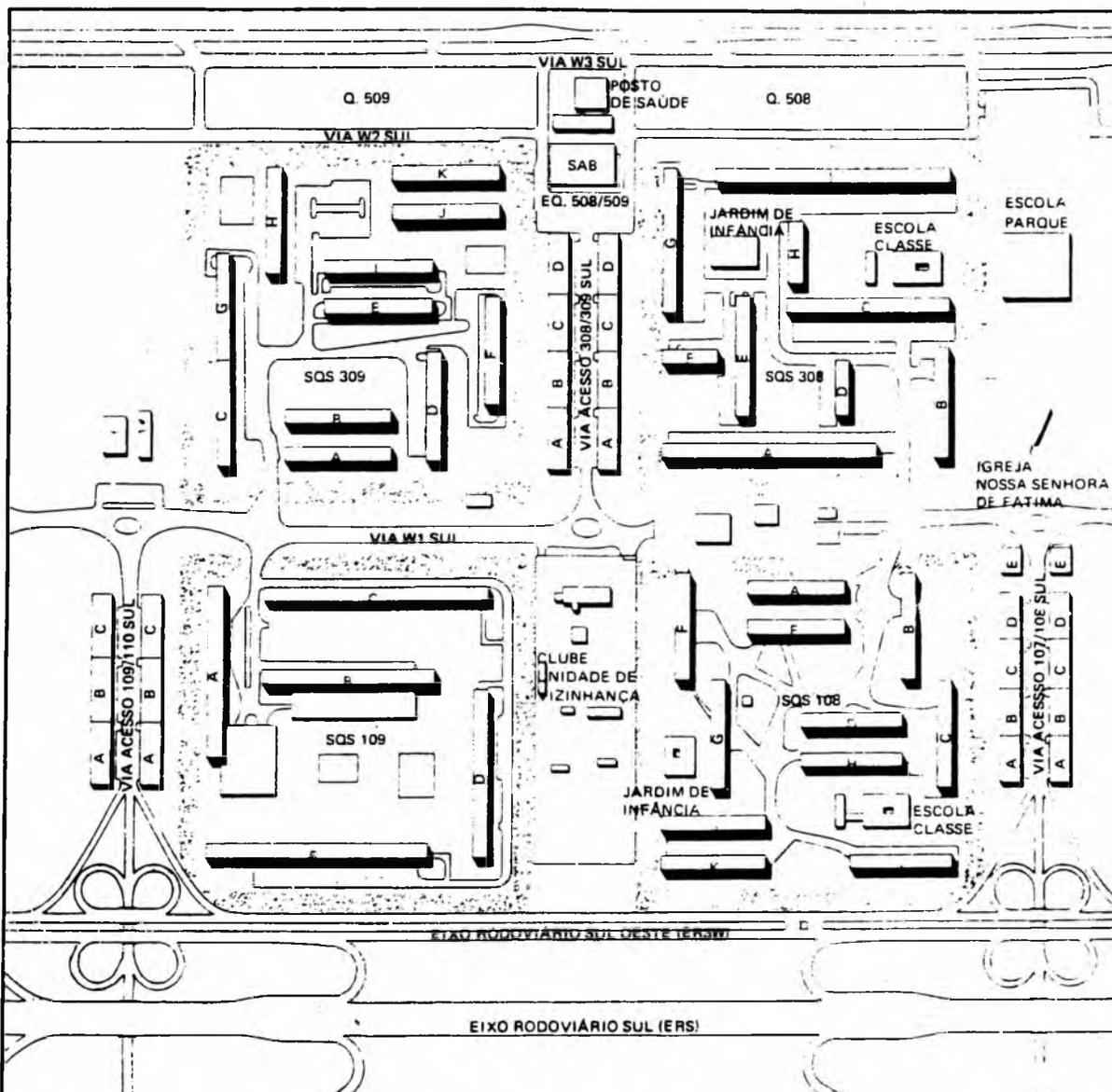
Os procedimentos adotados direcionaram o estudo da interação entre os moradores e o meio ambiente planejado através de levantamentos sistematizados, incorporando a opinião do usuário para se conhecer os níveis de satisfação com o programa proposto para a habitação.

Estes levantamentos foram realizados por meio de questionários, entrevistas e levantamentos físico-arquitetônicos das transformações introduzidas.

### Tipologias Habitacionais Modernas: O Racionalismo

As Unidades de Vizinhança de Brasília (Fig. 2) foram concebidas sob o conceito de autonomia relativa. Conformadas por quatro superquadras, esta autonomia seria possibilitada pelo planejamento integrado entre moradias, áreas

Fig. 2  
Unidade de Vizinhança



verdes e equipamentos públicos coletivos. Os equipamentos foram previstos tanto à escala da quadra, tal como as lojas de primeira necessidade do comércio local, como à escala da Unidade de Vizinhança, como os supermercados.

A integração destes espaços em solo público possibilitariam benefícios comuns aos moradores, o que permitiria o livre acesso a atividades do cotidiano. A nível urbano, as Unidades de Vizinhança complementar-se-iam pela proposição de equipamentos de maior porte, entremeados ao longo do eixo rodoviário residencial, tal como centros de saúde, clubes, cinemas, etc.

A proposta habitacional visava o estabelecimento de uma vida comunitária restrita, porém, à complexidade urbana de uma cidade administrativa.

Cabe destacar que a concepção da superquadra é orientada sob a ótica do planejamento habitacional coletivo, representando uma inovação em termos da implantação deste modelo à escala urbana. Esta orientação tem sua origem no racionalismo arquitetônico das tipologias habitacionais desenvolvidas na década de 20 na Europa e no urbanismo funcionalista de Le Corbusier e da "Carta de Atenas"

Entre as experiências precursoras da habitação coletiva, cabe destacar a contribuição dos arquitetos construtivistas soviéticos, com as "Residências Comunitárias" ("Dom-Komura") em Moscou; a nova arquitetura alemã ("Neues Bauen"), com as realizações dos "Siedlung" entre outras propostas significativas, que se caracterizam como soluções pontuais em centros urbanos historicamente consolidados.

Estas tipologias visam o agrupamento de unidades mínimas, com equipamentos comuns extensivos à habitação, coletivizando em áreas comuns diversas atividades domésticas e gerando com isto a redução de custos e modificações de comportamento.

### **A "residência comunitária"**

Para os arquitetos construtivistas soviéticos dos anos 20, no contexto social almejado após a Revolução Russa, o ambiente físico seria a estrutura suporte para uma "nova cultura de vida" sob uma visão racionalista de coletivização e socialização das atividades humanas. Daí a proposição de "condensadores sociais" enquanto marcos de referência arquitetônicos para a nova sociedade.

A "Residência Comunitária" é um marco de referência arquitetônico sob esta ótica. Constituída pelo agrupamento de "células tipo" e organização conjunta com equipamentos coletivos, visava-se a redução de custos, pela diminuição das superfícies habitáveis e a agregação dos ambientes domésticos, tais como locais de serviço e refeição coletivos.

Estas soluções previam no plano social a transposição de preocupações individuais por questões "coletivas" Isto induz a ampliação dos recursos disponíveis, incorporando nestes complexos habitacionais ambientes para o desenvolvimento cultural de seus moradores, tais como: bibliotecas, clubes de trabalhadores, escolas, estabelecimentos esportivos, etc.

Há que se considerar, no entanto, a restrição do modo de vida no âmbito das relações entre atividades "produtivas" enfatizando-se as relações entre habitação e trabalho, mais especificamente entre a habitação e a fábrica.

A nível urbano, coloca-se a necessidade da inovação, devido à associação da cidade tradicional com a cidade capitalista, suscitando novas formas urbanas.

Embora não estivessem definidas claramente essas "novas formas urbanas" a cidade, enquanto reflexo do modo de produção da sociedade, deixa de ter uma relação histórica. Coloca-se ao nível de estruturação urbana, a necessidade de superação do parcelamento do solo e dos valores associados à propriedade privada, na possibilidade de ampliar à escala urbana o caráter restrito de experiências isoladas. Isto permitiria a construção de novos agenciamentos habitacionais e a "coletivização plena" do solo urbano.

### **Os "siedlumgen"**

Na Alemanha, as soluções visam a melhoria das condições habitacionais a curto prazo, no atendimento do contingente populacional formado por trabalhadores urbanos. Do pragmatismo adotado resulta a orientação pela busca de uma nova objetividade ("Neue Sachlichkeit"), na nova maneira de ver e pensar a arquitetura e os artefatos do cotidiano.

A forma na arquitetura, enquanto expressão do programa, é fundamentada na análise sócioeconômica das necessidades, sendo resultante de um processo racional, por métodos científicos e técnicos. Sob esta ótica são previstas soluções "ótimas" nos projetos realizados, justificando-se ao nível projetual as mesmas soluções para o "coletivo" Isto, aliado às técnicas construtivas decorrentes da produção industrial, favorece a uniformização de soluções.

Dentro dessa orientação se constróem, entre 1925 e 1933, os "Siedlumgen" complexos habitacionais implantados em novas áreas urbanas, abrigando equipamentos coletivos de forma a racionalizar "antigas" atividades domésticas em novos ambientes, tais como: lavanderias coletivas, creches, etc. Estas soluções tinham por objetivo criar maiores facilidades na execução das atividades domésticas e a inserção atuante da mulher em outras áreas produtivas.

### **Le Corbusier: a "Carta de Atenas" e as "unidades de habitação"**

Le Corbusier marca relevantemente a sua participação no desenvolvimento da arquitetura moderna, definindo a sua postura através dos Congressos Internacionais de Arquitetura. Estes congressos foram geradores de importantes manifestos, sendo o de maior preponderância a "Carta de Atenas" (CIAM IV, 1933), onde comparecem as diretrizes básicas para a resolução dos problemas da cidade industrial.

Este manifesto sintetiza o conteúdo do urbanismo racionalista, também denominado por urbanismo funcionalista, originário de teses racional-mecanicistas predominantes nos primeiros congressos. Coloca-se como pontos-chaves para resolução da questão arquitetônica, o atendimento a quatro funções: habitação, trabalho, lazer e circulação. Este reducionismo se expressa claramente no "Modulor" Na visão deste homem universal de Le Corbusier, o ser humano é entendido unicamente em seus aspectos psicobiológicos.

Sob esta orientação, Le Corbusier projeta as "Unidades de Habitação", construídas na França: a Unidade de Habitação de Marselha (1947-52), a Unidade de Habitação de Nantes-Reze (1953) e a Unidade de Habitação de Firminy-West (1959).

As "Unidades de Habitação" foram concebidas como unidades auto-suficientes em blocos de alta densidade populacional e sob pilotis. Embora construídas como experiências parciais, foram consideradas como protótipos de um possível plano de habitação em escala urbana, haja visto a sua caracterização como elementos de estruturação para a cidade moderna, e a sua implantação independente em relação à trama viária.

No plano estético <sup>1</sup>, o caráter monumental destes edifícios era justificado com o objetivo de dignificar a habitação social, onde a existência de facilidades para a vida moderna reduziriam o trabalho doméstico.

Entre os recursos existentes ao nível do edifício verifica-se na Unidade de Habitação de Marselha (Fig. 3) a incorporação de ambientes de caráter público na cobertura, tais como áreas de recreação e uma escola, prevendo-se, inclusive, uma rua comercial entre os pavimentos. As soluções adotadas têm por objetivo novas formas do "habitar" dentro das condições de habitabilidade supostamente almejadas pelo homem racional, entenda-se "O Modulor"

Observa-se, no entanto, na década de 50 (CIAM, 1953), a tentativa de superação da orientação racional-mecanicista que deu origem às "Unidades de Habitação" em virtude da diversidade de modelos humanos, no âmbito social e cultural, a serem considerados pela arquitetura. Estas abordagens geram novas considerações em relação à realidade local, sendo incorporados à proposta de Brasília, como pode ser analisado no planejamento habitacional em termos da escala urbana da superquadra <sup>2</sup>

Lúcio Costa assim nos esclarece, quando coloca a relação entre as diretrizes adotadas para o planejamento habitacional em Brasília e as Unidades de Habitação:

*Eu reduzi a uma escala mais individualizada, mais rasteira, e mais próxima de nossa tradição digamos, e isso se estabeleceu nas quadras assim limitadas a seis pavimentos... Aquela proposição de Marselha e mais algumas três outras, eu acho, inclusive na Alemanha. Aquilo era uma concepção abrangente, era uma coisa muito coletiva, estabelecendo-se prédios bastante grandes, com muitas unidades, para que tivessem uma espécie de vida autônoma. (Entrevista concedida por Lúcio Costa em 1990)*

## Habitação em Superquadra

### Os moradores

Nos dez blocos estudados (Fig. 3) verifica-se que 80% das unidades são moradias de uma população antiga, que se mudou para a cidade entre 1960-1975, sendo que em metade destas unidades residem pioneiros, existindo, entre estes, vários indivíduos que participaram da construção da cidade.

A população recente, que se transferiu a partir de 1976, é o grupo de maior mobilidade, o qual reside em 20% das unidades pesquisadas.

Estes dados esclarecem-nos a mobilidade destes moradores. Verifica-se, na década de 60, que a destinação destes blocos ao pessoal das autarquias governamentais e, inclusive, a possibilidade de transferência de propriedade, foram um fator determinante na permanência dos moradores antigos.

Na década de 70, a transferência destes imóveis a profissionais liberais gerou maior diversificação dos moradores por atividade. Esta situação vem ser consolidada na década de 80, período em que a predominância de funcionários públicos é superada por moradores com atividades ocupacionais diversas, incluindo profissionais de nível superior (34%), técnicos de nível médio (8,0%), pessoas ligadas à área comercial (9,0%).

A renda destes moradores varia entre 10 e 20 salários mínimos, sendo caracterizado no Brasil como segmento de renda sócioeconômica de padrão médio.

(1) Entende-se por "Estética", o conhecimento necessário para "reformar ou sublinhar o vínculo entre a idéia e a obra, entre o projeto e a construção" Vide Faggin, Carlos A. "Sobre Estética do Projeto", In: *Sinopses*, São Paulo, FAUUSP, n. 13, p. 89 a 91.

(2) Sobre a questão de escala, enquanto diretriz do projeto de Brasília, vide Gorovitzs, em especial p. 63 a 69.

**Fig. 3**  
**Bloco Habitacional**  
 arquiteto Oscar Niemeyer

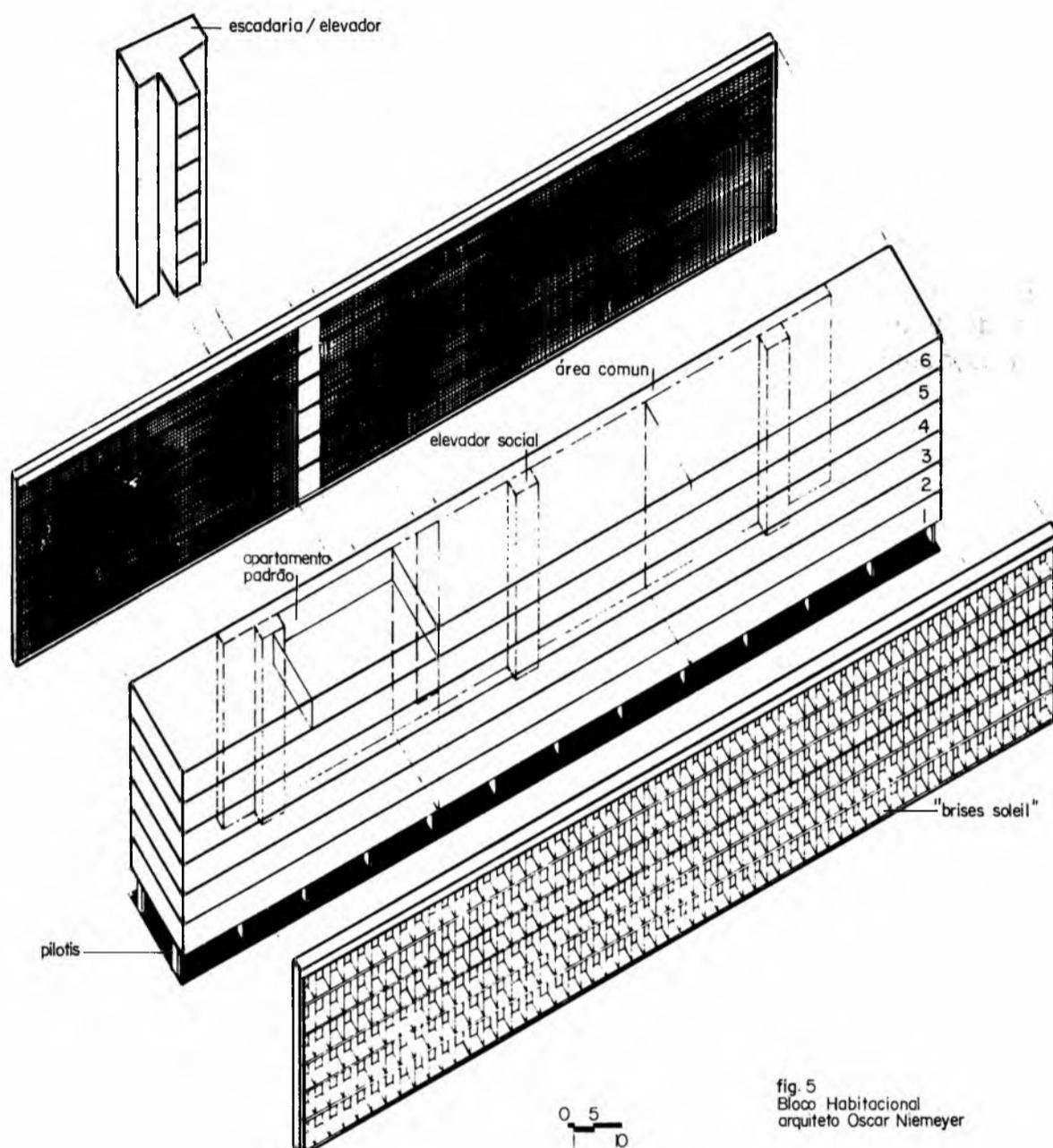


fig. 5  
 Bloco Habitacional  
 arquiteto Oscar Niemeyer

Em média residem 3,7 indivíduos por unidade, sendo que o total de moradores por edifício fica em torno de 180 pessoas.

A origem da população por edifício apresenta-se semelhante nos dez casos estudados, identifica-se: 20% serem do Distrito Federal e da região Centro-Oeste, 10% de nortistas (Região Norte e Nordeste) e 63% originários da região Sudeste, dos quais, em torno da metade é constituída por moradores antigos provindos da antiga capital do Rio de Janeiro, ligados à administração pública.

### **A percepção da habitação**

Nesta pesquisa foram identificadas situações peculiares ao modo de vida urbano no Plano Piloto de Brasília. Estas situações, comuns entre as superquadras estudadas, têm sua explicação ora no contexto particular das quadras, ora no contexto urbano como um todo.

Verificou-se, por exemplo, a identidade que o brasileiro de renda sócioeconômica média tem do conjunto da cidade.

Isto decorre da necessidade de deslocamentos por setores, e apreensão urbana necessária para o desenvolvimento de atividades, inclusive cotidianas,

as quais, em outras metrópoles, podem ser desenvolvidas em certos bairros, onde exista a justaposição e integração das diversas atividades humanas.

Isto não é inerente somente à concepção da proposta urbana, mas também decorre de sua produção, impulsionada por projetos-modelo de edifícios construídos com técnicas construtivas de padronização, normalização e pré-fabricação de componentes, favorecendo assim a uniformização de tipologias edilícias.

É interessante observar, como decorrência da uniformização tipológica, que a dignificação da habitação em blocos de caráter monumental não tem esta conotação para os moradores das superquadras estudadas.

Apesar da apreciação visual destes edifícios não ser significativa, constata-se uma identidade coletiva a nível urbano, sendo mais significativa, em especial para os adultos, a percepção do conjunto da cidade do que a percepção da superquadra ou do edifício.

Para isto, contribui de fato a reinterpretação do conceito de monumentalidade, elaborado por Lúcio Costa através da ordenação e inter-relação das diferentes áreas urbanas.

### **Apropriação e transformação do ambiente construído**

As formas de apropriação destacadas neste estudo indicaram três tipos de transformações comuns às primeiras superquadras construídas.

A natureza destas transformações demonstra que a apropriação do espaço se realiza tanto sob uma ótica de eficiência<sup>3</sup> como no sentido de "posse" do solo público, e ainda pela apropriação espontânea, decorrente de atributos ambientais específicos.

Constatou-se que as benfeitorias existentes contribuem para a simplificação das atividades do cotidiano doméstico, pela proximidade dos equipamentos públicos coletivos como o comércio de primeira necessidade e escolas.

A nível da quadra, a facilidade de deslocamento dos jovens favorece a autonomia destes, liberando o tempo dos adultos, especialmente das mães, para outras atividades.

Estes aspectos contribuem à implementação da renda familiar e indica, em termos gerais e talvez com maior incidência no Plano Piloto de Brasília, a participação conjunta do casal na constituição desta renda.

Pode-se deduzir, portanto, que a superestrutura urbana contribui, ao nível de satisfação levantado junto ao morador, indicando ser a instrumentação do espaço entendido sob uma ótica de eficiência, um importante fator da avaliação global positiva atribuída pelo usuário.

Em Brasília a estrutura urbana foi inicialmente fundada em solo público. A manutenção desta relação tem gerado uma relação particular entre público e privado, pela caracterização dos espaços privados a espaços fechados, sendo geralmente espaços internos.

Isto pode ser identificado na apropriação das áreas públicas no sentido de "posse" tal como constatado nos prédios habitacionais, com o fechamento de áreas comuns no espaço público dos pilotis, ao redor dos blocos habitacionais e em áreas entre blocos.

(3) A propósito desta questão vide Paviani, p.196 a 202.

Nos pilotis (Fig. 4) é comum se verificar a substituição dos materiais de acabamento e a construção de cômodos para o desenvolvimento de atividades sociais e administrativas do condomínio. Nestas áreas o uso da vegetação, por meio de cercas vivas, delimita áreas de acesso ao pedestre. A utilização de elementos flexíveis como painéis de fibrocimento, gradativamente substituídos por alvenarias, também delimitam áreas comuns, que passam a ter uso privativo de condomínios específicos.

As alterações visam, principalmente, a valorização dos imóveis, mediante distinções entre edifícios da mesma tipologia e a extensão da área de usufruto do edifício ao nível do espaço público da quadra, tais como a incorporação de áreas verdes na criação de jardins ao redor dos prédios e a construção de estacionamentos privados.

Transformações desta natureza são representativas, inclusive, a nível das unidades, nas tentativas de modernização e adequação pelos proprietários das instalações sanitárias e de serviço (Fig. 5). Foi constatado que a ambientação da quadra caracteriza certas formas de apropriação espontânea nas áreas verdes, tal como a definição de áreas para recreação, definidas pela centralidade em relação à moradia, pelo sombreamento criado pela vegetação e pela delimitação espacial entre edifícios. Cabe ressaltar que alguns destes locais denotam características de ambientação mais propícias do que aquelas dos espaços planejados para tais atividades.

Quanto ao comércio local, previsto para o abastecimento cotidiano da população de cada quadra, verifica-se que o dimensionamento dos blocos de lojas tem favorecido a ampliação dos investimentos comerciais. Isto, aliado à setorização destas áreas, tem contribuído para a especialização comercial, favorecendo a criação de pólos de atração interurbanos.

Como resultado desta transformação, opções e variantes do mesmo item de consumo podem ser adquiridos em determinadas áreas comerciais da Asa Sul

Fig. 4  
Bloco habitacional: Pilotis e áreas adjacentes

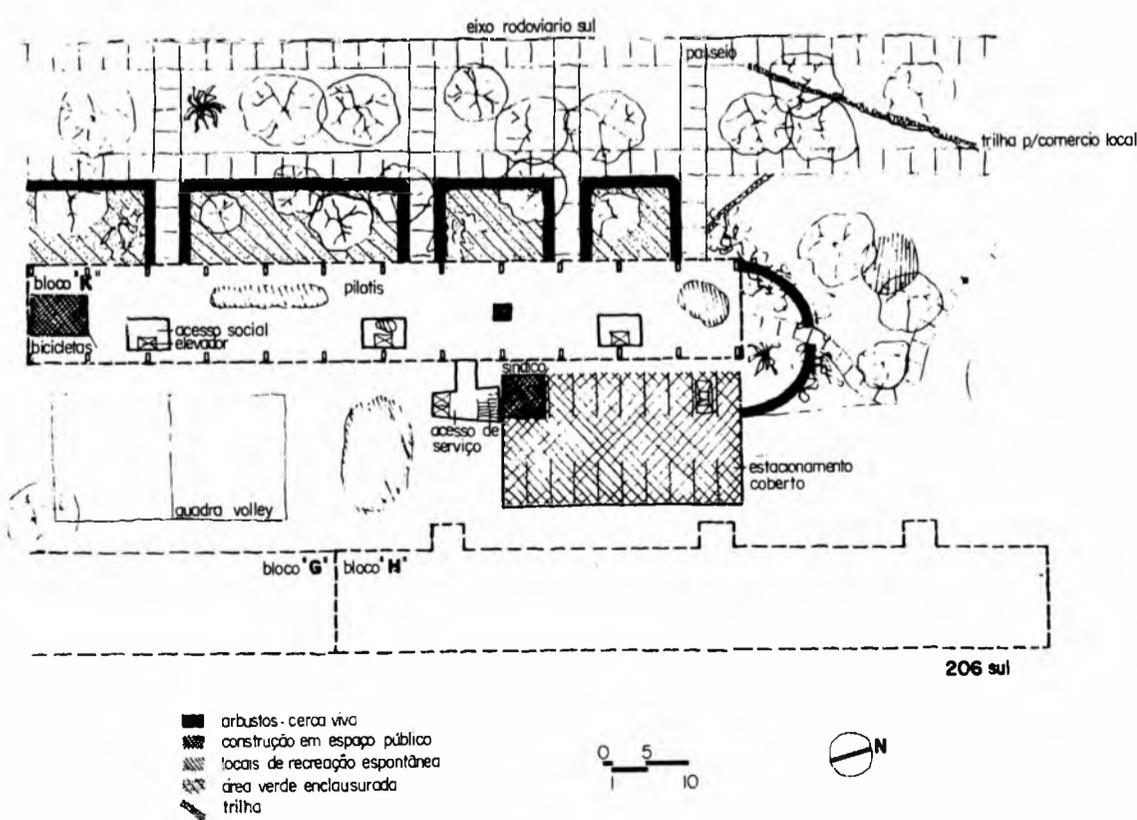
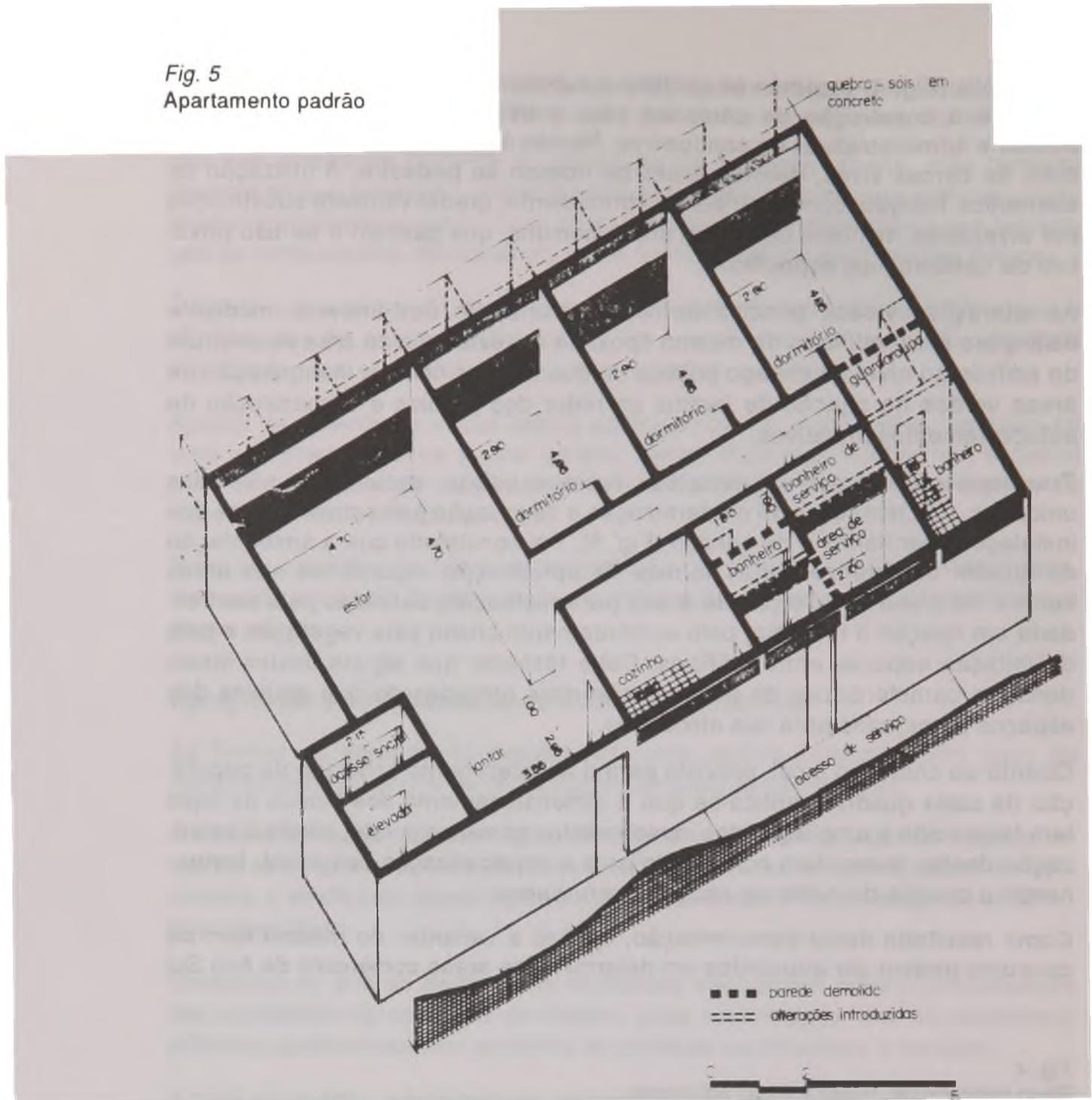


Fig. 5  
Apartamento padrão



(CLS), melhor conhecidas a nível urbano justamente por esta especialização. Isto, entretanto, não distingue as CLS, no que tange à caracterização física dos blocos, haja visto as transformações serem restritas ao plano recuado das lojas, num sentido de apelo comercial (Foto 3).

Observa-se, no entanto, na maioria das CLS, a preservação, do comércio cotidiano como padaria, açougue, quitanda, etc. Este tipo de comércio mantém o acesso pela quadra, conforme previsto por Lúcio Costa. Para as outras lojas, via de regra, o acesso mais utilizado é aquele voltado para a via de circulação de veículos, onde o volume de trânsito de pessoas é maior.

Foto 3  
Comércio local sul 309-308



## Conclusão

O planejamento das superquadras foi previsto conforme as facilidades funcionais de uso misto, existentes em bairros de nossas cidades.

No entanto, a setorização das áreas urbanas sob uma ótica de racionalização das atividades humanas, bem como o programa proposto para uma cidade administrativa, foram diretrizes que restringiram a maior integração espacial, tendo como consequência limitações à socialização da população.

Isto pode ser constatado na relação entre espaço privado e público nas superquadras, onde existe uma restrição funcional em relação entre habitação, áreas verdes, serviços e equipamentos públicos coletivos.

Verifica-se que a forma de produção das superquadras gerou a homogeneidade de soluções no trato destes locais, tais como soluções-padrão, circunscritas a um sistema viário que define e delimita estas áreas e à uniformização tipológica, decorrente dos métodos construtivos utilizados característicos da arquitetura moderna.

No que tange à uniformização das tipologias habitacionais, cabe destacar que a situação inicial da construção da cidade não justifica a contínua adoção da tipologia do bloco até a década de 80 e nem suas restritas variações até a atualidade, haja visto as diretrizes de Lúcio Costa para estes edifícios restringirem-se à altura a seis pavimentos e ao uso de pilotis.

A sistemática de produção urbana é somente alterada a partir da década de 80, restrita ao nível da edificação, principalmente na Asa Norte, onde um razoável número de superquadras apresentam variações, tais como: dimensões, tipos de envoltória, arranjos espaciais diferenciados.

As considerações levantadas nesta pesquisa permitem avaliar criticamente nossa produção arquitetônica e se colocam, enquanto insumos para a sustentação de novas propostas, dentro de direcionamentos que contribuam para a superação do planejamento centralizado, que no caso de Brasília colocaram-se como determinantes, tal como o próprio urbanista coloca:

*Numa cidade normal, o objetivo da urbanização é criar a cidade, propiciando oportunidades para que desabroche como uma planta, como uma flor, e não uma coisa racional, imposta, como no caso de um ato de vontade como Brasília, que foi objetivo definido de transferir a capital... (Entrevista em anexo)*

Este trabalho é um ponto de partida para a avaliação crítica-científica do significado de Brasília, destacando as relações e os agentes atuantes na sua produção arquitetônica, embasando, assim, futuras propostas, sobretudo no campo habitacional. Nesta linha, entende-se o morador da superquadra, como um dos principais agentes na transformação daquele espaço urbano, conforme constatado nesta pesquisa, podendo ser realizadas intervenções mais eficazes, no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades reais.

## **Bibliografia**

- ALEXANDER, Christopher. *A new urban design theory*. New York: Oxford University Press, 1987.
- AYNONIMO, Carlo. *El significado de las ciudades*. Madrid: Hermann Blume, 1981.
- BAUM, A., BELL, P., FISHER, J. *Environmental psychology*. Holt: Rinehart and Winston, Inc., 1984.
- BECHTEL, B. Robert et. al. *Methods in environmental and behavioral research*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1986.
- COSTA, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Distrito Federal: NOVACAP; 1957
- . Brasília revisitada 1985/1987: Proposta de expansão das áreas habitacionais da capital. In: *Projeto*, São Paulo, n. 100, p. 115-122, 1989.
- DEL CARLO, Ualfrido (resp.), MOTTA, Caio F (coord.). *Nível de satisfação em conjuntos habitacionais da grande São Paulo*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1975.

- FAGGIN, Carlos A. Sobre estética do projeto. In: *Sinopses*, São Paulo, FAUUSP n. 13, p. 89-91.
- GOROVITZ, Matheus. Brasília: Uma questão de escala. In: *Projeto*, São Paulo, 1985.
- GUNTHER, Hartmut. *Viver em Brasília: uma avaliação empírica da qualidade de vida*. Instituto de Psicologia-UnB, 1990.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel-Edusp, 1990.
- NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe e et al. Evaluation of Programmes, Policies and Politics on Housing in the Metropolis, In: SEMINÁRIO METROPOLITAN HOUSING AND LAND MANAGEMENT IN THE 1990'S. *Anais*. São Paulo, FAUUSP/UNCRD — United Nations Centre for Regional Development, outubro, 1991, p. 79-131.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe, ROMÉRO, Marcelo (Colaborador). *Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído*. São Paulo: Studio Nobel-Edusp, 1992.
- PANERAI, Philippe R., CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.
- PAVIANI, Aldo (org.) et al. Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão. In: *Projeto*, São Paulo, 1985.
- PREISER, Wolfgang F. E. *Facility programming methods and applications*. Stroudsburg: Dowden, Hutchinson & Ross, 1978.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Brasília. In: *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, p. 97-110.
- SANTOS, Carlos N. F., VOGEL, Arno (Coordenadores) "Quando a Rua vira Casa": A Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro. In: *Projeto*, São Paulo, 1985.
- SALVIATTI, Eurico. Os espaços livres urbanos de Brasília: uma avaliação preliminar. In: *Sinopses*. São Paulo: FAUUSP, n. 11, dez. 1988, p. 15-26.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- TURKENICZ, Benamy (org.). Desenho Urbano, v. I, II, III, *Anais do II SEDUR, "Cadernos Brasileiros de Arquitetura"* n. 12 e n. 14, Projeto editores, São Paulo, 1984.
- ZAPATEL, Juan Antonio. Projeto, pesquisa e prática: algumas considerações. In: *Caramelo*, São Paulo: FAUUSP, n. 2, 1991.

**Projeto Gráfico**

Márcia Maria Signorini  
José Tadeu de Azevedo Maia

**Capa**

José Tadeu de Azevedo Maia

**Laboratório de Programação Gráfica****Coordenadora de Projeto e Produção Gráfica**

Márcia Maria Signorini

**Supervisão de Projeto**

José Tadeu de Azevedo Maia

**Diagramação e Arte Final**

Vicente Lemes Cardoso

André Luiz Ferreira

Robson Brás Teixeira

**Composição e Revisão**

Stella Regina A. A. Anjos

José Anastácio de Oliveira

Ivanilda Soares da Silva

Eliane de F. Férmoselle Previde

**Fotomecânica e Montagem**

Sidney Lanzarotto

**Supervisão de Produção**

Sócratis Vieira Santos

**Impressão**

Cosmo Souza Barbosa

Horácio de Paula

José Gomes Pereira

Divino Barbosa

**Acabamento**

Nadir de Oliveira Soares

Maria Julia Vieira Santos

Ercio Antonio Soares

Sidinei Lindolpho de Britto

**Reprografia**

Vera Lucia Rodrigues Nascimento

Ana Maria Santana

Composição, fotolitos e impressão ofsete  
Laboratório de Programação Gráfica da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade de São Paulo

Composição em HP Laser-Jet IIIp sobre filme de poliéster Laserfilm

Matrizes Helvetica medium, italic, bold nos corpos 7,5, 9,5, 10 e 11 para o texto e subtítulos  
e Helveticabold nos corpos 20 e 24 para os títulos

Papel Alto Alvura linha d'água – Cia. Suzano 75 g/m<sup>2</sup> para o miolo e

Couche Hi print – Ind. Papel Simão 180 g/m<sup>2</sup> para a capa

8 cadernos de 8 páginas

500 exemplares

Junho 1993

